



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TICIANO SOARES VASCONCELOS

DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA ECONOMIA BAIANA

SALVADOR

2014

TICIANO SOARES VASCONCELOS

DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA ECONOMIA BAIANA

Versão definitiva

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas Balanco.

SALVADOR

2014

V331 Vasconcelos, Ticiano Soares.
Desindustrialização: uma análise da economia baiana /
Ticiano Soares Vasconcelos. – Salvador, 2014.
71 f.; Il.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal da
Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas. Orientador: Profº
Drº Paulo Antônio de Freitas Balanco.

1. Bahia – indústria. 2. Economia baiana. 3.
Desindustrialização. I. Balanço, Paulo Antônio de Freitas. II.
Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDD 338.068 142

TICIANO SOARES VASCONCELOS

DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA ECONOMIA BAIANA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 06 de fevereiro de 2014

Banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas Balanco
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dr. Luiz Antônio Mattos Filgueiras
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Oswaldo Ferreira Guerra
Universidade Federal da Bahia – UFBA

AGRADECIMENTO

Quero agradecer aos meus pais Roberto e Maria, pela importância e imensa dedicação que deram para a minha educação e meu desenvolvimento como pessoa.

Às minhas queridas tias Marinalva e Conça, às quais tenho como mães e também contribuíram com minha educação.

Aos meus irmãos Juliano e Roberta e aos meus primos Cleiton, Gabriel, Iuri, Mércia e Dani, que tantas alegrias me dão e que de alguma forma contribuíram nesse longo e tortuoso caminho.

E por fim, ao professor Paulo Balanco, que me ajudou bastante, me orientando e ensinando com paciência e dedicação.

RESUMO

Este estudo trata de analisar o possível processo de desindustrialização da economia do Estado da Bahia. O objetivo é evidenciar se este é um cenário presente na economia baiana. A desindustrialização ocorre quando há redução relativa do nível de emprego industrial e do valor adicionado industrial. A desindustrialização em alguns países desenvolvidos ocorreu como um processo natural ao desenvolvimento, através da elevação da renda per capita e elevação da produtividade industrial, o que provocou mudança da demanda em direção ao setor de serviços e redução relativa do emprego industrial. Já em determinados países a desindustrialização iniciou-se sem que houvesse se consubstanciado o processo de maturação da indústria. Nas economias emergentes são fatores exógenos ao desenvolvimento industrial que influenciam a desindustrialização, tais como a existência de recursos naturais abundantes e os planos de neoliberais de estabilização. Estes fatores elevam a dependência da economia ao comércio internacional e à poupança externa, os quais geram uma tendência de sobreapreciação cambial, elevadas taxas de juros e especialização produtiva, fatores maléficis ao desenvolvimento da indústria. Porém, ao invés de prejudicar a indústria baiana, a sobreapreciação estimulou a importação de insumos e reduziu os custos de produção. A análise compara o movimento da taxa de câmbio real efetiva no período entre 2002 e 2012 com as variáveis que evidenciam a desindustrialização que são: a pauta de produtos na balança comercial, a proporção do valor adicionado industrial no valor agregado total e a proporção do emprego industrial no emprego total.

Palavras-chave: Desindustrialização. Sobreapreciação cambial. Importações. Re-primarização. Economia Baiana.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Bahia – Estrutura do Produto Interno Bruto Estadual por Grandes Setores (%).....	31
Quadro 1 - Balança comercial Bahia - 2000/2012 (Valores em US\$ milhões FOB).....	36
Quadro 2 - Produto Interno Bruto Total e per capita - Índices e Taxas de Crescimento - Bahia: 2002 – 2011.....	37
Quadro 3 - Estrutura do setor industrial - Bahia - 2002/2010 (%).....	39
Quadro 4 - Estrutura da produção industrial – Bahia - Principais produtos conforme Valor da Transformação Industrial (VTI) – 2010.....	40
Quadro 5 - Exportações baianas – Principais segmentos – 2012.....	41
Quadro 6 - Importações baianas por categorias de uso – 2012.....	42
Quadro 7 - PIB Municipal - Produto Interno Bruto a preços correntes por território de identidade - Bahia 2004 e 2009.....	42
Quadro 8 - Classificação das atividades por intensidade tecnológica – Bahia (2010) %.....	44
Gráfico 2 - Taxa de câmbio real efetiva – exportações – índice (média 2005= 100).....	48
Gráfico 3 - Coeficiente de penetração de importações – Indústria de transformação – preços constantes de 2007 (%) – Brasil.....	52
Gráfico 4 - Importações por categorias de uso - (Em US\$ milhões) – Brasi.....	52
Quadro 9 - Valores das importações de produtos por Grau de Elaboração, Bahia (2002 a 2008).....	53
Quadro 10 - Quantidade e valores das exportações por Grau de Elaboração, Bahia 2002-2011.....	54
Gráfico 5 - Variação das quantidades exportadas por grau de elaboração – 2002/2008 – Bahia (%).....	56
Gráfico 6 - Variação dos valores exportados por grau de elaboração – 2002/2008 – Bahia (%).....	57
Quadro 11 – Quantidade e valores das exportações nos principais segmentos, Bahia 2002/2005/2011.....	57
Quadro 12 - Participação Relativa das Exportações por setores das Contas Nacionais, Bahia, 2001 e 2010.....	60

Quadro 13 - Evolução do estoque de empregos em 31/12 Bahia – 2006-2011.....	60
Quadro 14 - Participação relativa do estoque de empregos em 31/12, por setor de atividade - Bahia – 2006-2011.....	61
Quadro 15 – Estrutura por grandes setores- Bahia 2002/ 2012 (%).....	62
Quadro 16 - Estrutura do setor industrial baiano – 2002/2010 (%).....	63
Quadro 17 - Estrutura da produção industrial - Principais produtos conforme Valor da Transformação Industrial (VTI) Bahia 2007-2010.....	63
Quadro 18 – Participação relativa do valor adicionado industrial por intensidade tecnológica. Bahia -2007/2010 (%).....	65

LISTA DE SIGLAS

PIB	Produto Interno Bruto
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IPA	Índice de Preços por Atacado
IPC	Índice de Preços ao Consumidor

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. CONCEITO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NA LITERATURA ECONÔMICA.....	13
2.1. DESINDUSTRIALIZAÇÃO NATURAL.....	14
2.2. DESINDUSTRIALIZAÇÃO PRECOCE.....	17
2.2.1. Doença Holandesa.....	18
2.2.2. Planos de estabilização.....	20
2.2.3. O caso Brasileiro.....	23
3. INDUSTRIALIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BAIANA.....	29
3.1. ESTRUTURA ECONÔMICA DA INDÚSTRIA BAIANA.....	38
3.1.1. Conteúdo tecnológico da Indústria.....	44
4. ANÁLISE DAS VARIÁVEIS QUE EVIDENCIAM A DESINDUSTRIALIZAÇÃO.....	47
4.1. DESALINHAMENTO E SOBREPREENCIAÇÃO CAMBIAL.....	47
4.2. REVERSÃO DA PAUTA DE EXPORTAÇÃO.....	54
4.3. PROPORÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL NO EMPREGO TOTAL.....	60
4.4. PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO INDUSTRIAL NA COMPOSIÇÃO DO PIB.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS.....	69

1. INTRODUÇÃO

Este estudo trata de analisar o possível processo de desindustrialização da economia do Estado da Bahia. Tregenna (apud Oreiro e Feijó, 2010) define a desindustrialização como uma situação em que há uma redução relativa dos níveis de emprego e/ou do valor adicionado da indústria. O termo desindustrialização pode parecer pejorativo. Porém, Oreiro e Feijó (2010) destacam que a desindustrialização é positiva quando atividades manufatureiras intensivas em trabalho ou com baixo valor adicionado são transferidas para o exterior, pois eleva-se a proporção de manufaturas com maior conteúdo tecnológico e valor agregado na pauta de exportações. Porém, se a desindustrialização tiver como resultado a reversão da pauta de exportação para manufaturas de baixo nível tecnológico e baixo valor adicionado, commodities e produtos primários, ela é negativa. Lacerda e Nogueira (2008) destacam que, fundamentalmente, a desindustrialização é maléfica se restringe a expansão da capacidade produtiva nacional ao conduzir a produção para setores com baixa intensidade tecnológica.

A partir de 2003, até recentemente, predominou na economia brasileira um processo contraditório, qual seja, a presença de volumosos saldos comerciais com taxa de câmbio apreciada. Este cenário tem sido possível graças à elevada demanda mundial por produtos primários, principalmente, por commodities. É interessante observar que o volume produzido destes bens pouco se modificou, concluindo-se que o que tem sustentado o superávit comercial é a elevada alta dos preços internacionais das commodities. O efeito, porém, é adverso para bens industriais, pois uma taxa de câmbio apreciada reduz a capacidade de competitividade das manufaturas nacionais e facilita a importação de produtos. O resultado é déficit comercial de manufaturados, como é constatado por diversos estudos acerca da situação comercial da economia brasileira. Este cenário tem feito ressurgir nos últimos anos o debate sobre um possível processo de desindustrialização. Sendo assim, a intenção deste estudo é regionalizar o debate ao questionar se a economia baiana passa por um processo de desindustrialização.

A hipótese do estudo parte de uma visão novo-desenvolvimentista do processo de desindustrialização, o qual afirma que a economia brasileira sofre de desindustrialização precoce decorrente da existência de doença holandesa e da implantação dos planos de estabilização da moeda. Segundo Bresser-Pereira (2007), a doença holandesa é um fenômeno decorrente da abundância, em um país, de bens primários e força de trabalho baratos, situação

que leva a um processo crônico de valorização de sua moeda. Conforme Bresser-Pereira (2007), esta taxa de câmbio é incompatível com o desenvolvimento de indústrias de bens comercializáveis. Em relação aos planos de estabilização, iniciados no Brasil em plena década de 1980 do século XX, segundo Palma (2005), estes também tiveram importância fundamental, já que foram baseados no receituário neoliberal de desregulamentação e liberalização econômica, o que tornou possível a maciça entrada de capital e conseqüente valorização cambial. O câmbio valorizado atinge a economia ao encarecer as exportações e baratear as importações. Há assim perda de competitividade das manufaturas nacionais. Os proprietários exportadores de manufaturas reagem à perda de competitividade dos seus produtos com a redução dos custos de produção através da compra de insumos intermediários importados, que se encontram mais baratos pela valorização cambial. Esta estratégia é conhecida como hedge produtivo, uma proteção às adversidades da valorização cambial sobre a indústria nacional. Isto permite que a indústria brasileira mantenha certo nível de competitividade no mercado internacional e consiga enfrentar a entrada de bens de consumo importados. Este processo de início é benéfico, pois mantém a competitividade da indústria nacional, mas, seu resultado em longo prazo é maléfico, pois gera um processo de desmantelamento das cadeias produtivas da indústria brasileira.

No caso da Bahia, a hipótese supõe que o aumento das importações pela economia brasileira eleva a concorrência no mercado de insumos intermediários e bens de consumo, o que dificulta a competitividade da indústria de transformação baiana, a qual, como se sabe, está fortemente assentada na produção de bens intermediários. Em relação às exportações, os setores mais atingidos são os que não competem via vantagens naturais, ou vantagens comparativas. Este processo pode gerar uma redução da participação relativa da indústria de transformação no PIB baiano, ou seja, a diminuição da potencialidade e responsabilidade da indústria baiana na geração de crescimento econômico, o que pode ser nomeado de desindustrialização relativa. Assim, é provável que haja redução relativa do valor adicionado industrial na composição do PIB baiano e convergência da economia a setores de menor nível tecnológico e baixo valor adicionado.

Para averiguação da procedência da hipótese, faz-se uma análise comparativa dos dados estatísticos das variáveis inerentes ao estudo correspondentes ao período de 2002 a 2012. O objetivo é analisar a tendência de sobreapreciação cambial da economia brasileira e entender seus efeitos sobre a indústria do Estado da Bahia. Para isso, utiliza-se o índice da taxa de

câmbio real efetiva calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Em busca de analisar a presença de cada setor na pauta de importações baiana utilizam-se dados fornecidos pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Para o cálculo do índice de participação do valor adicionado industrial na composição do PIB baiano utilizam-se dados do valor adicionado da indústria junto ao IBGE e a SEI. Dados relativos à proporção do emprego industrial sobre o emprego total foram obtidos junto ao Ministério do Trabalho através do Anuário Estatístico de Relação Anual de Informações (RAIS). A finalidade é averiguar a se há mudança da estrutura industrial de setores com maior conteúdo tecnológico e maior valor adicionado para setores com baixo conteúdo tecnológico e baixo valor adicionado, além de analisar a mudança da composição do emprego total. Por fim, analisa-se se o processo de desindustrialização é negativo, ou seja, se vem acompanhado da reversão da pauta de exportação em direção a produtos primários ou de baixo valor adicionado. Para isso, observam-se os movimentos da composição das exportações junto à (SEI) sobre o período em que o estudo se propõe. Portanto, sobre o contexto de apreciação cambial busca-se evidenciar seus efeitos sobre a pauta comercial, a qualidade do emprego e a composição por atividade do PIB baiano.

Além desta, o trabalho está fragmentado em mais quatro seções. A segunda seção traz o conceito de desindustrialização. De um lado, a desindustrialização é apresentada como parte do desenvolvimento natural da economia. De outro, evidencia que este processo se apresentou precocemente em diversos países, especialmente na América latina. Identifica-se como fator determinante para o prematuro surgimento da desindustrialização o conceito de doença holandesa e os planos de estabilização econômica, que possibilitaram maciça entrada de capital estrangeiro e tendência de apreciação cambial. A terceira seção tem como finalidade apresentar aspectos relevantes da economia baiana. Além de se analisar o processo de industrialização da Bahia, faz-se uma análise da estrutura da economia baiana. A pretensão é classificar os setores atuantes, o tamanho de cada atividade e o tipo de indústria predominante. Na quarta seção constatam-se os resultados obtidos. Faz-se uma análise em relação ao movimento da taxa de câmbio real efetiva e uma comparação com a taxa de câmbio de equilíbrio. Objetivo é verificar em qual período a taxa de câmbio esteve sobreapreciada. Também é apresentado o conceito de hedge produtivo e feita uma análise comparativa entre a taxa cambial e a penetração das importações. É feita também uma análise da pauta de exportação para verificar se há um movimento de reversão de produtos de maior valor adicionado e maior conteúdo tecnológico para produtos de menor valor agregado e

menor conteúdo tecnológico, mudanças que poderiam consubstanciar um processo de desindustrialização negativa. Também se averigua a proporção do emprego industrial na composição do emprego total. E por fim, faz-se uma análise da composição do PIB baiano, em que se pretende constatar se as mudanças ocorridas confirmam a hipótese de redução relativa da participação do valor adicionado industrial.

2. CONCEITO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NA LITERATURA ECONÔMICA

A desindustrialização é um processo que se refere a perda da capacidade da indústria, predominantemente, da indústria de transformação, em se apresentar como o principal provedor do crescimento e desenvolvimento econômico. Dessa maneira, torna-se necessário procurar adotar uma definição do conceito de desindustrialização. Assim, uma primeira aproximação pode ser encontrada na formulação de Rowthorn e Ramaswany (apud Oreiro e Feijó, 2010), a qual postula que a desindustrialização pode ser definida com uma redução contínua da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região.

Singh, em estudo publicado pelo IEDI (2005), adiciona ao conceito de desindustrialização de Rowthorn e Ramaswany a importância do nível de produção da indústria. Segundo Singh a desindustrialização ocorre quando há o declínio da produção industrial no produto total ou quando há redução do emprego industrial no emprego total da economia. Singh acrescenta que esta redução pode ser tanto em termos absolutos ou como proporção.

Tregenna (apud Oreiro e Feijó, 2010) redefine a desindustrialização como uma situação na qual tanto o emprego industrial reduz-se como proporção do emprego total, assim como o valor adicionado da indústria se reduz como proporção do Produto Interno Bruto (PIB).

Tendo em vista as definições de Singh e Tregenna, conclui-se que, mesmo com a produção física da indústria crescente, é possível a ocorrência de um processo de desindustrialização. Para isso basta apenas que a produção física da indústria cresça a taxas menores que a de outros setores por um período persistente de tempo. Portanto, no caso da desindustrialização, mais importante que a análise em termos absolutos das variáveis é a análise relativa.

Uma economia não se desindustrializa quando a produção está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ou valor adicionado para uma determinada economia. Dessa forma, a simples expansão da produção industrial (em termos de *quantum*) não pode ser utilizada como “prova” da inexistência de desindustrialização. (OREIRO; FEIJÓ, 2010 p.221).

O termo desindustrialização pode parecer pejorativo. Porém, Oreiro e Feijó (2010) destacam que a desindustrialização também pode ocorrer quando são transferidas atividades manufatureiras intensivas em trabalho, ou com baixo valor adicionado, para o exterior, e no

caso de virem acompanhadas de um aumento de manufaturas com maior conteúdo tecnológico e valor adicionado na pauta de exportações se torna positiva. Alertam, porém, que se a desindustrialização vier em conjunto com um processo de reversão da pauta exportadora na direção de commodities, produtos primários ou manufaturas com baixo valor adicionado, ela é negativa.

Palma (2005) evidencia em seu estudo que as discussões sobre a desindustrialização reacenderam debates em relação à importância de cada setor na economia. Tratar a desindustrialização como um fenômeno relevante decorre do entendimento de determinados autores de que o crescimento depende essencialmente e principalmente do desenvolvimento da indústria. Este é o argumento encontrado nos autores que compactuam com as teorias de crescimento específicas ao setor, afirma Palma (2005). Este argumento apresenta diversas vantagens do setor industrial relativo a outros setores. Segundo Marconi e Barbi (2010) o desenvolvimento industrial é fundamental para o desenvolvimento econômico, pois tem impactos positivos sobre a difusão tecnológica, a produtividade e a renda per capita. Oreiro e Feijó (2010) evidenciam vantagens do setor industrial em relação a outros setores da economia. Para eles, a indústria possui melhor condição de absorção tecnológica e dispersão desta através de suas cadeias produtivas, que por terem fortes efeitos de encadeamento, beneficiam a modernização da economia como um todo. Acentuam, ainda, que a elasticidade-renda da demanda por manufaturas é maior do que a demanda por commodities e produtos primários. O que significa dizer, que um aumento de renda gera maior mercado por produtos industrializados. Segundo a lei de Kaldor-Verdoorn, a indústria tem como característica a presença de economias estáticas e dinâmicas de escala, ou seja, a produtividade é função crescente da produção industrial (Oreiro e Feijó, 2010; Marconi e Barbi, 2010).

2.1. DESINDUSTRIALIZAÇÃO NATURAL

Os estudos relativos ao processo de desindustrialização se iniciaram em função do declínio do emprego industrial que ocorria na economia dos países desenvolvidos, principalmente países europeus, a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970. Segundo Palma (2005) este é um fenômeno conhecido no curso de longo prazo do desenvolvimento econômico e afirma:

Essencialmente, no curso do longo-prazo do desenvolvimento econômico, as mudanças na estrutura de empregos são deflagradas por um aumento na produtividade do setor agrícola. Esse aumento de produtividade reduz a necessidade de mão-de-obra na agricultura, aumentando ao mesmo tempo tanto a demanda por insumos agrícolas intermediários como por insumos de capital, e a demanda por bens de consumo por parte daqueles que se beneficiam do aumento de produtividade agrícola. Conseqüentemente, dois processos são deflagrados: um em que a mão-de-obra começa a ser liberada da agricultura; e outro no qual a mão-de-obra é absorvida progressivamente por outros setores da economia -- inicialmente por aquelas atividades cujos produtos se beneficiaram da maior demanda da agricultura e depois pela dinâmica mais geral do crescimento econômico. Durante essa nova fase, geralmente chamada de fase de “industrialização”, a mão-de-obra é absorvida principalmente pela indústria e serviços. Na fase seguinte, paralelamente a uma contração contínua do emprego na agricultura e uma expansão do emprego no setor de serviços, segue a tendência de estabilização da participação do emprego industrial no contexto geral de empregos. Finalmente, vem uma nova fase, na qual o emprego industrial começa a cair, (primeiro em termos relativos e depois, ao menos em alguns países, em termos absolutos); neste meio tempo, os serviços continuam sendo a fonte principal de absorção de mão-de-obra. Essa fase mais tardia é comumente chamada de fase de “desindustrialização”. (PALMA, 2005, p.1).

Este é o processo de desindustrialização natural, em que a perda da importância da indústria na geração de empregos na economia decorre do próprio processo de desenvolvimento econômico. Oreiro e Feijó (2010) evidenciam que para Rowthorn e Ramaswamy este processo decorre de fatores internos e externos. Em relação aos fatores externos, Rowthorn e Ramaswamy colocam, como elemento principal, o grau de integração comercial e produtiva das economias. Segundo Oreiro e Feijó (2010), o nível de integração está relacionado com o estágio de globalização de cada país. Assim, de acordo com o seu grau de integração comercial e produtiva, diferentes países podem especializar-se na produção de manufaturados intensivos em trabalho qualificado, em trabalho não qualificado ou em serviços.

Em relação aos fatores internos, Rowthorn e Ramaswamy constatarem dois. O primeiro dentre estes é o maior crescimento da produtividade no setor manufatureiro do que no setor de serviços. Para Marconi e Barbi (2010) este diferencial entre as produtividades setoriais pode gerar efeitos ambíguos, pois uma produtividade maior nas manufaturas causaria redução do seu preço relativo e o conseqüente aumento da demanda por manufaturados. Por um lado, essa situação levaria uma maior participação da indústria no valor adicionado da economia, porém, por outro, levaria a redução da participação relativa da mão de obra industrial. Para Oreiro e Feijó (2010), com um maior crescimento da produtividade do trabalho no setor industrial do que no setor serviços, a perspectiva é que o emprego industrial inicie o declínio antes da redução da participação da indústria no valor adicionado. Ou seja, o processo de

desindustrialização tem como primeira evidência a redução da proporção do emprego industrial no emprego total.

O segundo fator colocado se refere à mudança da elasticidade renda da demanda entre os produtos manufaturados e os serviços, ou seja, com o aumento da renda, ocasionado pelo desenvolvimento econômico, a demanda por manufaturas reduz-se e a por serviço aumenta. Clark (apud Marconi e Barbi, 2010) compactua com esta visão; para ele, devido a mudanças no padrão de consumo das famílias decorrentes de alterações na renda per capita, o processo de desindustrialização ocorreria naturalmente. Assim, o processo de desenvolvimento econômico levará todas as economias a se desindustrializarem a partir de determinado nível de renda per capita, em que haverá redução da participação da indústria no PIB e aumento e da participação dos serviços (Oreiro; Feijó, 2010).

Palma (2005) analisa o fenômeno do U invertido do processo de desenvolvimento desenvolvido por Rowthorn. Este fenômeno evidencia que, conforme a renda per capita aumenta, a porcentagem do emprego industrial no emprego total aumenta inicialmente, estabiliza-se e posteriormente reduz-se. Rowthorn (apud Palma, 2005) definiu a desindustrialização como o declínio no emprego industrial a um determinado nível de renda per capita, que, de acordo com sua avaliação, baseada na aplicação de procedimentos econométricos, é de aproximadamente U\$ 12.000, em dólares internacionais de 1991.

Segundo Palma (2005), as principais hipóteses desenvolvidas pela literatura acerca do assunto para explicar a queda do emprego industrial nos países industrializados desde o final da década de 1960 são:

- (i) A queda nada mais é do que uma "ilusão estatística" (causada principalmente pela realocação de mão-de-obra industrial para o setor de serviços seguindo um rápido aumento no número de atividades sendo terceirizadas pelas indústrias manufatureiras através de firmas especializadas.
- (ii) A redução é resultado de uma significativa redução na elasticidade de demanda por indústrias;
- (iii) O declínio é consequência do rápido aumento de produtividade (pelo menos em alguns setores) na indústria trazido pela propagação do novo paradigma tecnológico de microeletrônicos (esse teria sido um caso da nova tecnologia tender a produzir "crescimento de desempregados"); e
- (iv) A queda é resultado de uma nova divisão internacional de mão-de-obra (inclusive e especialmente "terceirização"), na qual os países em desenvolvimento crescentemente começam a ocupar um lugar específico – estilo montagem, intensivo de mão-de-obra -- numa "cadeia de valores" mais complexa de corporações transnacionais de multi produtos (TNCs). Essa nova divisão de trabalho torna-se

nociva ao emprego industrial em países industrializados, especialmente no que diz respeito à mão-de-obra não qualificada. (PALMA, 2005, p.4)

Rowthorn e Ramaswamy (apud Nassif, 2008) afirmam que a desindustrialização é uma consequência natural do dinamismo exibido pelos países industrializados de alta renda. E concluem que a desindustrialização é essencialmente um fenômeno tecnológico, pois a introdução de técnicas poupadoras de mão-de-obra eleva o ritmo de produtividade do setor manufatureiro e reduz a participação relativa do emprego industrial.

Portanto, nas economias avançadas predominou um processo de desindustrialização condizente com o desenvolvimento de suas economias e sua inserção e interação no processo de globalização. O que se observa com os estudos de Rowthorn, e posteriormente de Palma, em relação aos países industrializados é uma desindustrialização natural engendrada por uma queda do emprego industrial como proporção do emprego agregado a partir de determinado nível de renda per capita. Palma (2005) coloca esta desindustrialização como ascendente, “isto é, economias maduras mudando o emprego da indústria para outras atividades (principalmente serviços) no seu processo normal de desenvolvimento econômico.” Este processo se acentua com a propagação de um novo paradigma tecnológico e com a reestruturação produtiva. O resultado é um aumento da participação do setor de serviços e redução do setor manufatureiro na proporção do PIB.

2.2. DESINDUSTRIALIZAÇÃO PRECOCE

Em determinados países a desindustrialização iniciou-se sem que houvesse se consubstanciado o processo de maturação da indústria. Antes de a indústria alcançar o auge de seu desenvolvimento e proporcionar ganhos adicionais a economia como um todo, o emprego industrial reduz-se como proporção do emprego total e o valor adicionado industrial como proporção do PIB.

A prematura desindustrialização das economias dos países em desenvolvimento deve-se a fatores alheios ao desenvolvimento natural da economia, ao contrário da desindustrialização natural, em que fatores endógenos a indústria como o aumento da produtividade, o desenvolvimento tecnológico e o consequente aumento da renda per capita levam à redução relativa do emprego industrial no emprego agregado. Nas economias emergentes são fatores

exógenos ao seu desenvolvimento industrial que influenciam a desindustrialização, tais como a existência de recursos naturais abundantes e os planos de neoliberais de estabilização. Estes fatores elevaram a dependência da economia ao comércio internacional e à poupança externa, os quais geraram uma tendência de sobreapreciação cambial, elevadas taxas de juros e especialização produtiva, fatores maléficis ao desenvolvimento da indústria.

2.2.1. Doença Holandesa

O termo doença holandesa se reporta ao ocorrido na economia holandesa com a descoberta de abundância de gás natural nos anos 1970. Nassif (2008) reporta que o crescimento das exportações de gás natural provocou forte apreciação real do florim holandês e conseqüente realocação dos recursos da economia do país e depressão das exportações industriais.

O primeiro modelo sobre a doença holandesa foi desenvolvido por Corden e Neary em 1982 e aprimorados por Corden em 1984, como destacam Bresser e Marconi (2008). No modelo há três setores: o de bens não comercializáveis, o de bens comercializáveis, que possuem vantagens comparativas e rápida expansão, onde se produz recursos naturais, o setor de bens comercializáveis com expansão moderada, onde está estabelecida a indústria. O setor possuidor de vantagens comparativas tende expandir suas receitas de exportação mais rapidamente, o que leva a apreciação da moeda local e desestímulo a exportação de produtos manufaturados. Parcela dos fatores produtivos tende a deslocar-se para o setor produtor de recursos naturais por possuir vantagens e crescentes receitas, e para o setor de bens não comercializáveis. Por fim, há um processo de especialização em produtos naturais e redução da participação dos produtos manufaturados na pauta de exportação.

Besser-Pereira (2007) é um dos principais estudiosos sobre do fenômeno doença holandesa no Brasil. Ele a define como “uma sobreapreciação crônica da taxa de câmbio causada pela abundância de recursos naturais e humanos baratos, compatíveis com uma taxa de câmbio inferior àquela que viabilizaria as demais indústrias de bens comercializáveis.” Esta sobreapreciação ocorre porque o país passa a auferir vultosas soma de receita em forma de divisas, que ao entrarem na economia do país exportador são trocadas por moeda local. Assim, ocorre o aumento da demanda por moeda local e apreciação cambial, ou seja, toda entrada de capital aumenta a demanda de moeda local e toda saída a reduz.

Além da abundância em recursos naturais, outro fator de fundamental importância para agravar a doença holandesa é o crescimento da demanda mundial sobre os produtos primários. É o que ocorre com a economia brasileira desde 2003 quando o preço das commodities elevou-se muito acima do volume produzido. A alta demanda por commodities e demais produtos primários, puxadas principalmente pelo crescimento avantajado da China e da Índia, elevam a rentabilidade do setor exportador de recursos naturais e apreciam a taxa de câmbio. Bresser e Marconi (2008) destacam que, na situação brasileira recente, há uma relação de independência entre o aumento das receitas com commodities e a taxa real de câmbio, ou seja, o câmbio apreciado não prejudica o desempenho das commodities. Entendem, assim, que este é um fenômeno que corrobora com a hipótese de doença holandesa.

Isto ocorre porque o principal efeito da doença holandesa é que esta implica na existência de duas taxas de câmbio de referência, a saber, a de equilíbrio corrente e a de equilíbrio industrial (Bresser-Pereira e Marconi, 2008). Ou seja, a existência de doença holandesa permite a obtenção de superávit na balança comercial de produtos primários; em contrapartida, a sobreapreciação reduz a competitividade dos bens manufaturados e conseqüentemente causa déficit na balança comercial de produtos industriais. O resultado é o equilíbrio da balança de transações correntes em um ponto em que há déficit comercial em produtos manufaturados. Há, portanto, especialização da pauta de exportação em produtos primários, possuidores de vantagem competitiva. Essa vantagem do setor primário é essencialmente vantagem comparativa nos termos ricardianos, as quais surgem porque seus custos e correspondentes preços são menores pela maior produtividade que auferem em relação aos demais países produtores desses bens (Bresser-Pereira, 2007).

Palma (2005) constata uma nova abordagem sobre a doença holandesa. Ele afirma ser um processo em que há uma alteração do grupo de referência de determinado país, decorrente da descoberta de algum recurso natural. Constata dois grupos de referência: um de países em que visam o superávit comercial na indústria e outro de países que são capazes de gerar superávit comercial em produtos primários. A mudança de grupo de referência se dá do primeiro para o segundo. Adiciona ainda, que este fenômeno ocorre também em países que desenvolveram setores importantes de serviços, turismo e serviços financeiros. Por fim, Palma (2005) evidencia que a doença holandesa também se espalhou para alguns países latino-americanos, mas não pelo desenvolvimento do setor exportador de produtos primários ou serviços, mas

sim pela mudança no regime de política econômica. Segundo ele, resultou de um processo drástico de liberalização comercial e financeira.

2.2.2. Planos de Estabilização

A partir do final da década de 1970 a economia mundial reverteu o rumo que até então engendrava o crescimento econômico e convergiu para as políticas neoliberais. O fato que levou a mudança de trajetória da economia foi a estagflação que se desencadeou na Europa da década de 1970.

Esse regime de crescimento acelerado começou a se desestruturar com o desmoronamento do sistema de Bretton Woods, no início dos anos 70, com o aquecimento inflacionário dos Estados Unidos, em 1972, e com a crise do petróleo em 1973. O crescimento declinou quando a inflação acelerou, esse foi início de um processo de estagflacionário. (PLIHON, 1998 p.99)

O fracasso das políticas de reerguimento a partir da demanda, e a estagflação dos fins da década de 1970 provocaram a guinada monetarista, corroborada por Chesnais (1998). O monetarismo consistiu no fim das desregulamentações e na utilização da política monetária para combater a inflação. Segundo Plihon (1998) a estabilidade monetária se torna o principal objetivo e é imposta uma concepção liberal ao Estado, ou seja, liberalismo e monetarismo tornam-se os princípios fundamentais da política econômica. Porém, um problema havia de ser resolvido. Como financiar o déficit orçamentário dos países industrializados sem gerar efeitos sobre os preços? Chesnais (1998) constata que o financiamento do déficit orçamentário se deu através da colocação de títulos do tesouro e outros títulos da dívida no mercado financeiro. Isso foi possível, pois a guinada monetarista levou a abertura dos mercados nacionais em um processo de desregulamentação monetária e financeira. E, conseqüentemente, provocou a expansão dos mercados de títulos, interligados internacionalmente, sendo que o resultado desse processo foi a elevação das taxas reais de juros, conforme constata Gutmann (1998). Ele afirma que a estagflação minou a estrutura reguladora da moeda e do sistema bancário depois de ataques especulativos ao dólar supervalorizado, o que acabou por provocar, em 1971, a suspensão da conversão automática entre o dólar e o ouro e, posteriormente, do sistema de câmbio fixo em 1973. Em 1979, o Federal Reserve, depois de rápida depreciação do dólar, decidiu acabar com a regulação da taxa de juros, resultando, enfim, na elevação dos juros em função do término do sistema de regulação, da necessidade de financiamento dos déficits

orçamentários e, como observa Gutmann (1998), dos elevados prêmios de risco e de inflação cobrados pelos bancos, receosos com os créditos duvidosos do período de alta inflação. Com o movimento de desregulamentação e liberalização e com as políticas de contenção, a inflação cedeu, mas a custo de altos déficits orçamentários e altas taxas de juros. Segundo Plihon (1998), o crescimento econômico havia se tornado insuficiente para reembolsar os encargos de juros sobre as dívidas públicas.

As altas taxas de juros internacionais contribuíram para uma elevação acentuada da dívida externa em muitos países, principalmente na América Latina. Que também se utilizaram do mecanismo da liberalização econômica para financiar seus déficits, como constata Plihon (1998). Porém, antes de usar esse artifício os países latino-americanos tiveram que pagar com seus próprios recursos o serviço da dívida. Isso se deveu ao efeito de contágio que assolou diversos países depois da moratória da dívida mexicana, na década de 1980, e pelas elevadas taxas internacionais de juros. O crédito ficou restrito e alguns países, como no caso do Brasil, recorreram ao FMI para controlar suas reservas cambiais que estavam em situação precária. Tiveram assim que aceitar o receituário neoliberal para sanar os débitos externos. Salama (1998) evidencia como a obtenção de financiamento era feita. Segundo ele, o processo transcorria com a obtenção de poupança forçada e reorientação desta em direção aos títulos públicos com os quais o governo auferia recursos para se apropriar das receitas de exportação e financiar os encargos da dívida externa. Constata Salama (1998) que esta poupança era obtida com maxidesvalorizações da moeda brasileira, que permitia obter saldos comerciais, e, por serem inflacionárias, conduzia à poupança forçada.

O processo de obtenção de poupança forçada levou a quase todos os países a passarem por um processo inflacionário acentuado e em alguns casos até de hiperinflação, constata Salama (1998). E sobre a orientação do FMI adotaram políticas neoliberais de contenção da demanda como no caso do Brasil, que iniciou seu processo de abertura econômica no início da década de 90. Os planos de estabilização resumiam-se em abertura comercial e financeira, redução do papel do Estado como provedor do crescimento econômico, juros elevados e câmbio flexível.

Neste sentido percebe-se que os efeitos mais nocivos da mundialização do capital se dão sobre as nações emergentes, que ainda não atingiram o processo de maturação da indústria. Mais nocivo porque, além de elevar a taxa de juros, pressiona a taxa de câmbio à valorização,

aumentando o volume de importações, reduzindo a competitividade da produção nacional e dificultando a balança de pagamentos.

A abertura econômica pode ser dividida em abertura comercial e a abertura financeira. A abertura comercial possibilita o acesso a tecnologias novas, renovação da estrutura produtiva, além de ser útil como fator estabilizador dos preços ao aumentar as importações e elevar a competitividade na economia. Para isso necessita-se de câmbio apreciado, como ocorreu na economia brasileira quando o câmbio foi deliberadamente sobreapreciado em paridade com o dólar. O aumento da concorrência e o acesso à tecnologia levaram a um processo de reestruturação produtiva de empresas nacionais que visavam aumentar sua capacidade de competir. É o que coloca Salama (1998) ao declarar que a introdução de novas tecnologias incita a modificação da organização do trabalho em direção a flexibilização, com maior rotatividade da mão-de-obra e aumento da polivalência dos trabalhadores. Salama (1998) complementa ao afirmar que a concorrência pela qualidade levou muitas empresas a modificarem as linhas de produção, a introduzirem uma maneira de trabalhar com maior envolvimento entre o trabalhador e a empresa e exigirem maior nível de qualificação. Os principais elementos das organizações flexíveis, segundo Ruas (apud, Salama 1998) são: maior intensificação dos ritmos de trabalho, redução das taxas de *turn-over* e de ausências, maior participação dos trabalhadores na organização, surgimento de células, ou seja, minifábricas dentro das empresas e organização do trabalho com base em equipes. Outro fator da reestruturação produtiva é a permissão para um maior número de fusões e aquisições de empresas, transformando o mercado em um ambiente oligopolizado, além da maior flexibilização dos direitos trabalhistas e do aumento da terceirização, permitindo às empresas reduzirem custos ao contratar e demitir. Os sindicatos tornaram-se mais fracos, ao tempo em que crescia a maior rotatividade da mão de obra.

A abertura financeira permite a obtenção de poupança externa para o financiamento de encargos das dívidas públicas e déficits na balança comercial. Permite também a sustentação da política monetária baseada na ancoragem cambial. Isso é possível graças a uma política de juros elevados, que tem a função de atrair capitais e conter a demanda. Porém, altas taxas de juros são prejudiciais aos investimentos, pois, com os juros elevados aumenta-se o custo de financiamento para concretizar o investimento, principalmente de médio e longo prazo. Segundo Gutmann (1998) estes fatores foram fundamentais para a desaceleração do desenvolvimento e para os altos índices de desemprego:

Quando algum governo que empreende uma política de fortalecimento da moeda, baseada em altas taxas de juros, austeridade orçamentária, estará afetando, desfavoravelmente, as condições de acumulação de capital industrial. esse tipo de política implica enormes pressões inflacionárias nos mercados de produtos e insumos, e pode provocar uma acelerada reestruturação industrial, mas ao preço de altos índices de desemprego estrutural e da estagnação dos rendimentos não financeiros... dificulta a busca de investimentos de longo prazo, afetando a formação de mão-de-obra, a organização produtiva, a pesquisa tecnológica e às novas situações industriais, todos elementos essenciais para um desenvolvimento sustentado. (GUTMANN, 1998, p. 86-87)

Salama (1998) também coloca as políticas de contenção praticadas pelo Estado como adversos ao desenvolvimento industrial, pois atuam desfavoravelmente sobre a eficácia marginal do capital, em que a substituição da poupança produtiva pela improdutiva tem reflexo negativo sobre a taxa de crescimento.

Portanto, os planos de estabilização baseados em políticas monetárias de contenção da demanda levam as economias emergentes a um círculo vicioso de tendência de valorização do cambial e alta taxa de juros. O resultado é o início de um processo de desindustrialização precoce decorrente dos investimentos restritos, da flexibilização do trabalho e da desnacionalização da produção. Segundo Palma (2005) este processo iniciou-se nas economias emergentes latino-americanas pela mudança no regime de política econômica. Ressalta ainda que o processo de liberalização comercial e financeira levou a uma reversão do processo de industrialização baseado nas políticas de substituição das importações.

O fim das políticas industriais e comerciais, aliado às mudanças nos preços relativos, nas taxas de câmbio efetiva, na estrutura institucional das economias, na estrutura dos direitos de propriedade e nos incentivos de mercado em geral levaram esses países de volta a sua posição Ricardiana “natural”, isto é, aquela mais de acordo com sua dotação tradicional de recursos[...] essas novas políticas também obstruíram sua transição rumo a uma forma de industrialização mais madura – isto é, auto-sustentável. (PALMA, 2005, p.22)

2.2.3. O caso Brasileiro

A partir da implantação do Plano Real para a economia brasileira com a intenção de controlar o processo inflacionário, a taxa de câmbio tem estado predominantemente apreciada. O tripé estratégico que deu consistência ao plano se consubstanciava em elevada taxa de juros, superávit primário, âncora cambial. Entretanto, após a crise cambial de 1999 a taxa de câmbio tornou-se flutuante. Este plano gerou uma tendência de apreciação cambial decorrente da entrada de capitais atraídos pelas taxas de juros elevadas. O resultado foi um crescente déficit

do balanço comercial que perdurou até 2003, quando, a partir de então, a balança comercial brasileira iniciou uma trajetória de superávit comercial que prevaleceu até recentemente, apesar do câmbio sobrevalorizado. Este fato está relacionado ao aumento da demanda mundial por uma determinada modalidade de bem, as commodities. A alta da internacional demanda por commodities provocou a elevação de seus preços e trouxe um novo cenário da balança comercial, o de valorização cambial com superávit comercial. Este fenômeno contribuiu, ainda mais, para a apreciação do câmbio através da entrada de divisas advinda da receita de exportações. Esta situação é maléfica à indústria de manufaturados, pois reduz a competitividade do setor de produtos industrializados no exterior e aumenta a concorrência no mercado interno, decorrente do aumento das importações. Isto tem feito ressurgir, com maior volume, os debates acerca do processo de desindustrialização.

Segundo os autores denominados novo-desenvolvimentistas, aqueles que entendem que o crescimento econômico é dependente do desenvolvimento industrial, a economia brasileira passa por um processo de desindustrialização desde meados dos anos 1980. Este processo é engendrado pela combinação entre os planos neoliberais de estabilização e a existência da doença holandesa, que tornaram a taxa de câmbio sobreapreciada e desfavoreceram a maturação da indústria nacional. Nesta seção algumas evidências são mostradas sobre a situação da economia brasileira diante deste processo.

Marconi e Barbi (2010) alertam que um importante indicador do processo de crescimento econômico é a produtividade média da economia, pois uma maior produtividade implica, no médio prazo, em melhorias no bem estar social. Fazem uma análise sobre a contribuição da produtividade média de cada setor da economia brasileira para o crescimento da produtividade agregada e verificam que os setores mais relevantes para o crescimento da produtividade agregada são os setores de manufaturados de média e alta tecnologia, commodities derivadas e os serviços prestados às empresas. O curioso nesta análise é que na literatura acerca da desindustrialização o setor de commodities derivadas não é variável relevante no diagnóstico do processo. Porém, como evidenciam Marconi e Barbi (2010), ele tem um papel fundamental no crescimento da produtividade agregada da economia brasileira. Isto se deve ao vasto investimento e conseqüente desenvolvimento que o setor vem adquirindo, tornando-se um setor de alta tecnologia, como no caso do refino de petróleo. Marconi e Barbi (2010) apresentam o movimento da contribuição da indústria de transformação no PIB de 1947 até 2009 a preços básicos de 1995. Em 1970, após crescimento

constante e vertiginoso, a participação da indústria de transformação no PIB representa cerca de 23%. Porém, a partir de 1980, inicia-se o declínio que atinge 15% de participação em 2009. O ponto de inflexão da relação entre a renda per capita e a participação da indústria no valor adicionado da economia é muito abaixo do verificado por Rowthorn e Ramaswamy para as economias desenvolvidas. A renda per capita brasileira média na década de 1980, quando se iniciou o declínio da participação industrial, estaria em torno de US\$ 4085,00 (MARCONI; BARBI, 2010). Esmiuçando a participação relativa dos setores no valor adicionado agregado de 1995 a 2007 constatam a redução de setores manufatureiros e a elevação de setores de commodities agrícolas e extrativas. Até o setor de commodities derivadas de produtos agrícolas e extrativos, que poderia beneficiar-se da alta demanda da economia mundial, a partir de 2003, reduziu-se. O ponto mais relevante do trabalho se dá na análise sobre o impacto da taxa de câmbio apreciada em relação ao processo de desindustrialização. Constaram que o câmbio apreciado não resultou em redução significativa do quantum de exportações em nenhum dos setores na pauta de exportação. Porém, no caso das importações, o setor que apresentou maior evolução foi de alta intensidade tecnológica, enquanto o setor de commodities primárias aumentou o quantum, mas reduziu sua participação relativa na pauta de importação. Segundo observam, o que ajuda a explicar a manutenção das exportações e o aumento volumoso das importações é a estratégia de hedge produtivo, que ocorre:

Quando setores que mais sofrem com o impacto da valorização do câmbio em função de não possuírem as mesmas vantagens comparativas daqueles que produzem commodities primárias, tendem a reduzir seus custos através da importação de insumos intermediários que possibilitam amenizar a compressão das margens de lucro do exportador, resultante de tal valorização. (MARCONI; BARBI, 2010, p.16).

Lacerda e Nogueira (2008) discutem o impacto da valorização cambial no Brasil no que tange a desindustrialização no período de 2004 a 2007. Nesse período evidenciam que a moeda brasileira valorizou-se cerca de 37% representando acentuado impacto sobre a estrutura produtiva, levando à perda de competitividade da produção nacional. Além do fluxo comercial e do investimento direto, Lacerda e Nogueira (2008) colocam a entrada de capital decorrente das taxas elevadas de juros como fator que apresenta grande contribuição para a apreciação cambial. Porque segundo eles, distorce o preço dos produtos comercializáveis e influencia na cotação do câmbio. Como Marconi e Barbi, afirmam que as empresas se adaptam ao câmbio apreciado aproveitando para aumentar as importações em componentes e peças, reduzindo o custo e mantendo o potencial competitivo. Lacerda e Nogueira (2008)

fazem uma comparação entre a produção física de cada setor e seu respectivo nível de importações e constatam que no setor de bens de capital o volume produzido, apesar de ter crescido 19%, foi inferior ao crescimento de 32% das importações. No setor de bens intermediários o crescimento da produção foi de 5% e o das importações de 20%. No segmento de bens de consumo duráveis e não duráveis a produção física elevou-se 9% e 3% e as importações em 51% e 14%, respectivamente. Outro fator evidenciado é que o volume das exportações, em nível de quantum, passou de 20,1% em 2005 para 4,8% em 2008, porém, a economia brasileira manteve o superávit comercial decorrente do aumento do preço das commodities. Entretanto, segmentando a participação de cada setor no comércio exterior, Lacerda e Nogueira (2008) constatam que de 2004 a 2007 o setor de manufaturas tem continuado a tendência de déficit comercial, ainda mais acentuado nos setores mais dinâmicos de alta tecnologia. Para eles a valorização cambial tende a inviabilizar a industrialização mais sofisticada, o que torna a economia mais dependente e menos diversificada, pois, no longo prazo, trás efeitos negativos na cadeia produtiva, no emprego, renda e contas externas.

O IEDI (2005) publicou um estudo em que mostra que houve uma redução da participação da indústria na composição do PIB, processo esse iniciado na década de 1980 e prolongado por toda década de 1990. O processo foi engendrado no início dos anos 80 como decorrência da crise inflacionária e das políticas econômicas que visavam evitar o surgimento da hiperinflação, e se prolongou pelos anos 90 fruto de uma abertura econômica com muitas falhas e deliberada sobrevalorização cambial. O resultado, segundo o estudo, foi a redução da participação da indústria na composição do valor adicionado agregado de 32% em 1986 para 19,7% em 1998. A conclusão do estudo é que se pode considerar o processo de desindustrialização ocorrido no Brasil como relativo. Primeiro por, apesar da perda de segmentos e elos da cadeia produtiva, preservou segmentos de ponta tecnológica e a capacidade de ampliação da sua produtividade e do potencial exportador. Segundo, por não acompanhar o desenvolvimento da indústria e dos serviços industriais de países emergentes de maior dinamismo, entre 1990 e 2003, demonstra o estudo, o crescimento médio da indústria de transformação brasileira foi de 1,6%, na China foi de 11,7%, na Coreia 7,4%, na Índia 6,4% e no Chile 3,6%. O terceiro fator que conota o processo de desindustrialização relativa no Brasil se dá em relação à composição estrutural do crescimento econômico brasileiro. O IEDI (2005) constatou que os demais setores da economia não conseguiram sobrepujar o crescimento modesto da indústria e impulsionar o crescimento, que de 1990 a 2003 foi de 2,6% em média ao ano. Ou seja, com o crescimento da indústria em 1,6% e o

crescimento agregado em 2,6%, os demais setores foram responsáveis pelo crescimento modesto de 1%. Conclui então o IEDI (2005) que a precoce renúncia ao motor de crescimento (indústria) pode ser considerada uma forma de desindustrialização. Outro fator, o quarto destacado, é o aumento da concentração da economia brasileira, com um menor número de setores correspondendo a uma parcela maior da produção. De 1990 a 1994, os setores mais importantes contribuíram com 48% da taxa de crescimento da indústria; já de 1999 a 2003 a contribuição foi de 70,1%. Conclui o estudo do IEDI (2005) que as políticas adotadas e o cenário macroeconômico dos anos 1980 contribuíram para uma maior especialização produtiva com ênfase em setores intensivos em recursos naturais.

Bresser-Pereira e Marconi (2008) observam que a taxa de câmbio real brasileira sofreu significativa apreciação desde o início de 2003 e mesmo assim as receitas de exportações expandiram. Constatam que a média anual de crescimento das exportações entre 2000 e 2003 ficou em 7,9%, e entre 2003 e 2007 elevou-se para 21,6%. Esta evolução das exportações se deveu muito mais ao aumento dos preços das commodities do que pelo volume exportado. Já em relação às importações o efeito é contrário, a evolução do volume importado é maior que a dos preços. Sinalizam que entre 2003 e 2007 o volume importado elevou-se 41,6% e os preços, 15,7%. Bresser-Pereira e Marconi (2008) destacam que há um duplo movimento em relação à apreciação do câmbio. De um lado, as commodities agem independentes ao câmbio e elevam suas receitas. De outro, os manufaturados são diretamente relacionados com o câmbio e a partir de 2003 o déficit comercial se eleva. Outro fator importante é a análise da participação do valor adicionado dos manufaturados no valor adicionado dos bens comercializáveis, que segundo Bresser e Marconi (2008), são de fundamental importância por medir efetivamente o desempenho da economia, por enfrentar a concorrência interna e serem obrigados a inovar para competir. Os dados demonstram que houve queda na dos manufaturados tanto de baixa, média e alta tecnologia, do patamar de 47,3% em 1996 para 39% em 2005. Bresser-Pereira (2007) indica a coexistência de apreciação cambial e aumento da receita de exportação, evidencia que o país passa por doença holandesa. Observam Bresser-Pereira e Marconi (2008), até a década de 1990 a doença holandesa foi neutralizada através de políticas de incentivo à produção interna e restrição às importações, mas, com o fim destes mecanismos a doença deixou de ser neutralizada. E a partir de 2003, com o aumento da demanda e elevação dos preços das commodities, aliado a uma taxa elevada de juros, permitiu a apreciação do câmbio e o agravamento dos impactos da doença holandesa. O resultado é que esta situação poderá levar o país a se especializar na produção de recursos

naturais e se desindustrializar, inibindo o desenvolvimento econômico (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2008).

Portanto, na análise referente à situação da economia brasileira diante do processo de desindustrialização constata-se como fator preponderante a taxa de câmbio sobreapreciada. A política econômica de estabilização levou a abertura da economia brasileira visando reduzir o papel do Estado como provedor do crescimento com o intuito de reduzir custos e combater a inflação. A inflação foi estancada, mas, a altos custos socioeconômicos. A taxa de juros elevada aumentou a dependência da economia brasileira aos capitais externos de curto prazo, o que provoca excessiva vulnerabilidade externa, conduz os investimentos produtivos ao sistema financeiro e pressiona a taxa de câmbio para apreciação. A valorização cambial também é provocada pela alta demanda por commodities e o conseqüente aumento dos preços e elevação das receitas de exportação. O câmbio apreciado é favorável às importações e desfavorável às exportações de manufaturados. O resultado é uma acirrada competição entre produtos importados e produtos nacionais, o que causa prejuízo a indústria ainda em desenvolvimento e menor competitividade das exportações de manufaturas, que tende convergir à especialização da produção em setores produtores de recursos naturais, possuidores de vantagens comparativas. O setor manufatureiro reage importando insumos intermediários na busca de reduzir custos, o que provoca destruição de importantes cadeias produtivas. Lacerda e Nogueira (2008) evidenciam que a desindustrialização é mais que a mera substituição de produtos nacionais por importados, significa essencialmente a perda da capacidade da indústria em conduzir o crescimento.

O processo de desindustrialização não significa apenas a substituição da produção nacional já existente por similares importados. Fundamentalmente, este processo restringe a expansão da capacidade produtiva nacional, seja pela transferência de recursos para indústrias de baixa intensidade tecnológica, seja pela diferença entre o efetivo crescimento da demanda por manufaturados nos mercados interno e externo, e o seu verdadeiro potencial. (LACERDA; NOGUEIRA, 2008, p.3-4)

3. INDUSTRIALIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BAIANA

O século XX também representa um marco para a economia baiana, pois, assim como aconteceu com o país, corresponde a um período de grande transformação da estrutura econômica do estado. Esta transformação ocorre com a passagem da economia agroexportadora, que até meados da década de 1950 tem o cacau como propulsor da atividade econômica, para uma economia industrializada. A partir de 1950, a Bahia inicia seu processo de industrialização. Para diversos autores, à época, tornara-se evidente que a superação da falta de dinamismo e a vulnerabilidade inerente à estrutura de uma economia pautada na produção de bens primários somente seriam superados mediante a industrialização. Para Guerra e Gonzalez (2001) o problema advinha das características estruturais da economia do cacau, o qual se caracterizava como sistema de produção extensiva, que utilizava intensivamente mão-de-obra desqualificada, direcionado essencialmente para exportação, onde a divisa gerada, quando não gasta em consumo suntuário, era basicamente re-investida no próprio setor.

Foi a instalação da Refinaria Landolfo Alves em Mataripe (RLAM) que deu início a transformação. A RLAM, criada em 1949, após a descoberta de petróleo no Recôncavo Baiano, passou a ser responsável pela produção de derivados do petróleo como gasolina, óleo diesel, parafina, nafta e outros. Além da refinaria, outros fatores foram fundamentais para o processo de industrialização que se iniciava. Pessoti e Sampaio (2010) colocam como relevantes o surgimento do Banco do Nordeste, a instalação da usina hidrelétrica de São Francisco e a instituição da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), órgão do governo baiano, em 1955.

Já na década de 1960, outro impacto importante para o desenvolvimento industrial foi a criação da SUDENE e do Centro Industrial de Aratu (CIA). Como evidencia Guerra e Teixeira (2000), a SUDENE foi criada pelo governo federal após relatório do Grupo Técnico de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado, para assegurar a necessidade de investimentos da região. As diretrizes do órgão evidenciavam a necessidade de administrar um conjunto de incentivos destinados à promoção da industrialização. Entre os principais objetivos estavam à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos competitivos com base em incentivos fiscais e a implantação e o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, com intuito de completar as cadeias produtivas regionais. “A

idéia inicial contida no relatório do GTDN era, sobretudo, a de promover as indústrias de consumo final, replicando a estrutura existente no Centro-Sul” (GUERRA; TEIXEIRA, 2000, p. 89).

O CIA, criado em 1966, originou-se dessa nova política de integração regional que visava a industrialização de regiões economicamente mais fracas. Inicialmente, no CIA predominava a produção do setor metal mecânico, mas, hoje, funciona como um complexo multisetorial constituído dos setores químico, metal-mecânico, calçadista, alimentício, metalúrgico, moveleiro, de minerais não metálicos, plásticos, fertilizantes, eletroeletrônicos, bebidas, logística, têxtil, serviços e comércio.

A instalação do CIA e da RLAM deram maior dinamismo a economia baiana e impulso a atividade econômica tanto direta, quanto indiretamente. Os efeitos diretos condizem à geração de empregos relacionados às indústrias instaladas e o valor agregado adicionado à economia do estado. Os efeitos indiretos estão relacionados à geração de renda, que proporciona ganhos no consumo e no comércio. Porém, ao contrário das intenções propagadas pela política industrial do governo federal, o setor industrial mais desenvolvido foi o de bens intermediários. A maioria dos investimentos proporcionados pela SUDENE foi designada para este setor, afirmam Guerra e Teixeira (2000).

Apesar dos esforços do Governo Federal de dinamizar a economia da região nordestina, é só a partir da década de 1970 que a indústria se consolida como principal atividade provedora da economia baiana. Segundo Pessoti, Junior e Silva (2011) o período de 1975 a 1986 é marcado por um acelerado crescimento econômico causado pela consolidação do movimento de substituição de importações e pelos incentivos fiscais e financeiros dados pelo governo federal que visavam a desconcentração da atividade econômica.

Desta forma, a economia baiana desenvolve-se substituindo os insumos, outrora, importados, suprimindo as regiões do centro-sul produtoras de bens finais. Os fatores responsáveis por esta especialização da economia do Estado da Bahia na produção de bens finais são explicitados por Guerra e Teixeira:

- a) o estado era, à época, o maior produtor de petróleo do país e, como visto, já possuía uma refinaria. Tinha-se, assim, uma base técnica para a implantação do segundo pólo petroquímico brasileiro na Bahia;
- b) nos primeiros anos da década de

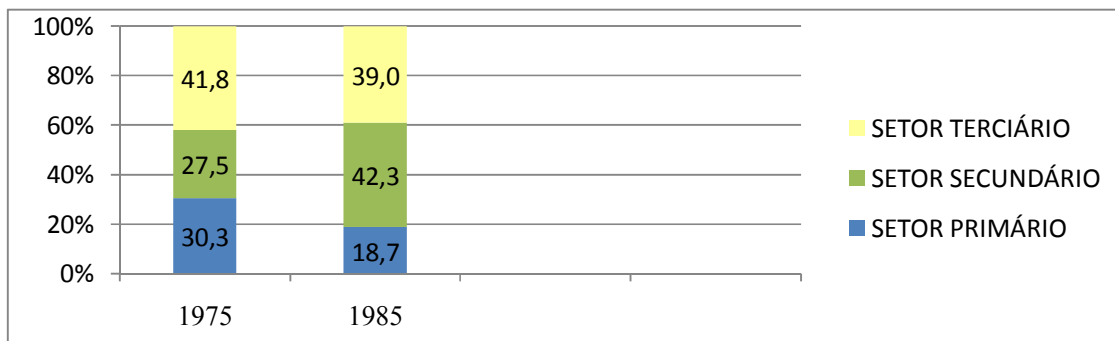
70, havia uma carência na produção nacional de alguns insumos básicos usados pela indústria de transformação do Centro-Sul; e c) o Governo Federal tinha entre seus objetivos a diminuição dos desequilíbrios regionais. (GERRA; TEIXEIRA, 2000, p. 90)

Segundo Cerqueira (2007), este foi um período marcado pela integração produtiva das diversas regiões brasileiras acarretada pela transferência de capital das economias mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas.

O fator mais relevante deste período foi a instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), em 1978. O COPEC tinha sua produção baseada nos setores químicos e petroquímicos de 1ª e 2ª geração. Hoje diversos setores atuam na região como a indústria automotiva e de celulose.

Portanto, este período foi marcado pela mudança estrutural da economia do estado com a especialização na produção de insumos intermediários, predominantemente os químicos e petroquímicos. Cerqueira (2007) adiciona que ao invés de uma estrutura concorrente ao centro-sul, criou- na Bahia uma estrutura complementar. Desta forma, a Bahia foi colocada na divisão nacional do trabalho como produtora de matérias-primas e consumidora de bens manufaturados. O Gráfico 1 ilustra a mudança estrutural ocorrida no período, no âmbito do produto interno bruto estadual. O setor secundário, que em 1975 representava 27,5% de participação na economia baiana, constituindo-se no setor pior posicionado, em 1985, com 42,3%, se torna o propulsor da economia do Estado. Uderman (2005) constata que entre 1975 e 1985 a indústria de transformação cresceu 270,4%, apresentando uma média anual de 12,0%.

Gráfico 1 – Bahia – Estrutura do Produto Interno Bruto Estadual por Grandes Setores (%)



Fonte: UDERMAN, 2005

Os anos 1980 são considerados a década perdida da economia brasileira porque correspondeu a um período de estagnação econômica, no qual ocorreu uma inflexão negativa das taxas de expansão do nível de atividade e de outros indicadores relativos àqueles verificados nos anos anteriores do “milagre econômico”. Em primeiro lugar, os investimentos reduziram-se drasticamente, principalmente para regiões menos desenvolvidas, e ao final da década se desencadeou uma hiperinflação. O segundo choque do petróleo levou a uma recessão na economia mundial e em consequência o balanço de pagamentos brasileiro entrou em crise. A crise foi desencadeada pela redução da demanda externa, o que gerou acentuados déficits nas relações comerciais com o exterior. Em segundo lugar, a elevação da taxa juros na economia americana elevou os encargos da dívida externa brasileira, já que esta estava indexada a juros internacionais flutuantes. Somado a isso, em 1982 o México pediu moratória da sua dívida externa, o que acabou por afetar a disponibilidade de crédito internacional a regiões em desenvolvimento. O resultado foi o crescimento do déficit comercial, a expansão das obrigações com uma dívida externa elevada e a contração do acesso à poupança externa, consequentemente, resultou em crise no balanço de pagamentos brasileiro. Neste mesmo ano, sem reservas internacionais, utilizadas até o limite para conter a crise no Balanço de Pagamentos, o Brasil recorreu ao FMI e adotou suas diretrizes para fugir da crise. Políticas ortodoxas foram adotadas, provocando a redução de investimentos, inclusive em programas de desenvolvimento regional. Segundo Pessoti e Pessoti (2010), isto acabou por desarticular as instituições que operacionalizavam os recursos para a promoção do desenvolvimento das regiões atrasadas, que no caso nordestino eram a SUDENE e o BNB.

Para a economia baiana a década de 80 pode ser dividida em dois períodos. A primeira metade foi marcada pela continuidade do crescimento advindo da década anterior, já que, segundo Pessoti, Junior e Silva (2011), a economia baiana se beneficiou da desvalorização cambial da época, que encareceu insumos importados e direcionou as empresas do centro-sul aos petroquímicos baianos. Todavia, a segunda metade da década foi marcada pela estagnação. Nesse período as indústrias demandantes de insumos baianos reduziram a demanda em função da alta da inflação e do crédito limitado, impossibilitando investimentos. “Os setores mais dinâmicos como o químico, petroquímico e a indústria de metal mecânica, no entanto, buscaram o mercado externo como válvula de escape” (PESSOTI; PESSOTI, 2010 p.32). Portanto, apesar da crise dos anos 80 ter assolado a economia brasileira, na economia baiana os impactos foram diminutos, não havendo involução industrial. Pode-se afirmar que a estagnação prevaleceu em relação à contração, ou seja, não ocorreram

alterações estruturais perceptíveis. Entre 1985 e 1995 a indústria de transformação acumulou crescimento de 15,3%, com média anual de 1,4%. (UDERMAN, 2005, p.05)

Os efeitos da crise atingiram a Bahia em decorrência de sua extrema dependência às indústrias mais desenvolvidas do centro-sul. Sem possuir um mercado interno para seus produtos e com sua economia alicerçada na produção de matérias-primas, a economia baiana ficou em uma situação vulnerável com a redução da demanda proveniente do mercado interno. Portanto, seu desenvolvimento ficou condicionado a expectativas exógenas e aquém de suas perspectivas endógenas.

Segundo Junior, Pessoti e Silva (2011) três fatores são fundamentais para compreender este período. O primeiro fator foi a crise fiscal e financeira da década de 80 que levou a um maior endividamento externo e interno do Estado brasileiro, o que inviabilizou investimentos projetados e provocou a falência do modelo desenvolvimentista. O segundo fator é a chamada “ciranda financeira”. Para Junior, Pessoti e Silva (2011) as altas taxas de inflação e de juros e o elevado desemprego repercutiram nas famílias, reduzindo o consumo, e no governo, reduzindo os gastos. O terceiro fator é o redirecionamento ao mercado externo, situação marcada pelo incentivo às exportações por serem estas geradoras de divisas. Foi essa estratégia que possibilitou um arrefecimento da crise na economia baiana, pois a geração de divisas repercutiu mediante a ação de um efeito multiplicador relevante para manutenção de uma estabilidade sustentável.

A década de 1990, no plano político-econômico nacional, apresentou como um de seus aspectos mais significativos a mudança de política econômica por meio da aceitação das diretrizes impostas pelas instituições internacionais de crédito, no caso o FMI. Essas diretrizes baseavam-se no Consenso de Washington, de 1989. O receituário implícito a este acordo apresentava como medidas fundamentais, a saber: a redução dos gastos públicos, juro e câmbio determinados pela lei da oferta e da procura, ou seja, sem intervenção governamental, abertura comercial, desregulamentação financeira e privatizações. O governo Collor deu início a este processo com abertura comercial irrestrita e redução do papel do estado através de privatizações.

Nesse sentido, a nova política econômica alicerçada no ideológico neoliberal extinguiu as políticas desenvolvimentistas que outrora, aplicadas regionalmente, foram fundamentais para

o desenvolvimento do nordeste. Seus resultados foram perniciosos para a economia baiana, já que provocaram a queda na produção da indústria de transformação e o baixo crescimento do PIB. É a partir deste momento, como elucida Guerra e Gonzalez (2001), que o governo baiano formula uma política industrial com o intuito de diversificar e interiorizar a matriz industrial. O resultado foi a criação de diversos programas de fomento como o PROBAHIA, PROAUTO, PROCOBRE, PROFISA. As políticas formuladas pelo governo na década de 90 visavam estimular uma dinâmica endógena através da implantação de indústrias de bens de consumo e o adesamento das cadeias produtivas do estado. (BALANCO; NASCIMENTO, 2005, p. 06)

Dentro deste contexto, a economia da Bahia inicia a retomada do seu crescimento após a criação do Plano Real, portanto a partir de meados de 1994. Segundo Junior, Pessoti e Silva (2011), em consequência da estabilização econômica inerente à adoção do Plano Real, foram alavancados o consumo e o comércio e iniciada a reestruturação dos principais setores do parque industrial do estado. Esta reestruturação é expressa principalmente na duplicação da RLAM e no surgimento do setor de Papel e Celulose, o qual encontrou na Bahia condições propícias para a produção, conforme constatam Guerra e Gonzalez:

São elas: as excelentes condições edafoclimáticas favoráveis ao cultivo do eucalipto; a espetacular produtividade que alcança o setor florestal baiano, chegando a ser até dez vezes superiores à de alguns países produtores; e a disponibilidade de terras, importante elemento na composição de custos do setor, devido ao reflorestamento. (GUERRA; GONZALEZ, 2001, p.313.)

A economia brasileira, ancorada no dólar e dependente de capitais externos de curto prazo atraídos pelos elevados juros, se mostrava vulnerável. E no final da década de 90, isto se tornou evidente com a eclosão da crise Russa e a decretação da moratória mexicana, as quais contagiaram a economia brasileira. Investidores, temerosos dos possíveis rumos que a economia brasileira poderia tomar, se protegeram retirando seus capitais do país. O governo brasileiro se viu obrigado a encerrar a política de âncora cambial pela pressão que a fuga de capitais provocava sobre as reservas internacionais. Além disto pediu socorro ao FMI e novas diretrizes foram impostas, entre elas, o superávit primário, as metas de inflação e o câmbio flutuante. Junto a este cenário de crise, a abertura comercial provocou aumento na concorrência dos setores de bens finais localizados no centro-sul, o que levou diversos grupos capitalistas a investirem na modernização e reestruturação de seus parques produtivos, obstaculizando inversões em outras regiões do país (PESSOTI; PESSOTI, 2010).

A este problema o governo baiano buscou resolução através da política de atração de empresas via incentivos fiscais. Dessa forma, a economia baiana se colocava de forma competitiva no mercado, oferecendo às empresas custos de produção mais atraentes. Em 2002 foi lançado o Desenvolve que tinha como objetivo:

Salvaguardar a economia baiana de sua frágil dependência em relação às commodities petroquímicas, extremamente suscetíveis a vulnerabilidades do mercado mundial e ainda criar novas cadeias produtivas, adesando e diversificando a matriz industrial. (PESSOTI; SAMPAIO, 2009, p.58).

Os resultados desta nova política industrial do Estado foram a atração de diversas empresas de diversos setores como papel e celulose, automobilístico, calçadista, eletrônico, calçados etc. Dentre estes, o mais importante investimento foi à vinda da Ford, que carregou consigo diversas empresas integradas à sua planta principal de produção de automóveis (empresas sistemistas). O complexo automobilístico realizou de 2000 a 2010 investimentos de aproximadamente quatro bilhões. (PESSOTI, PESSOTI. 2010). A expectativa era que outras empresas produtoras de bens finais e de grande porte também viessem para a Bahia e contribuíssem para mudança estrutural na economia do Estado.

O ano de 2007 deu início a uma nova administração no Estado, mais alinhada política e ideologicamente com a administração nacional.

No lugar das políticas de atração de investimentos industriais, o mote central do novo governo era promover maior integração territorial a partir do alinhamento com o governo federal apoiado em grandes obras de logística, infra-estrutura e centros de distribuição. (PESSOTI, PESSOTI, 2010 p.40)

Fica evidente que a iniciativa do governo da Bahia visava resolver um dos principais entraves ao desenvolvimento de uma indústria desconcentrada e com elos entre as cadeias produtivas. A infraestrutura passou a ser carro chefe desta nova política industrial e o que evidencia isto é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que retoma uma interface desenvolvimentista. Segundo informa o balanço do PAC para o Estado da Bahia (BRASIL, 2010), os investimentos indicados até 2010 foram de R\$ 40,8 bilhões e pós 2010 serão de R\$ 29,9 bilhões. Os objetivos do PAC para melhorar a estrutura produtiva do Estado estão dispostos em duas frentes: a logística e a infraestrutura energética. Em relação à primeira, foi fixado o objetivo aumentar a capacidade de escoamento da produção para o consumo interno e para as exportações. As obras referendadas para a execução destes objetivos são: os Portos

de Aratu e Salvador, as rodovias BR-324, BR-101, BR-135, BR-116 e BR-030 e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste. Já a estratégia de infra-estrutura energética visa garantir segurança energética e modicidade tarifária, ampliar a malha de gasodutos, ampliar a produção de petróleo e modernizar o parque de refino no Estado. Ribeiro e Leite (2012), que abordaram a questão dos impactos dos investimentos do PAC em infraestrutura logística no período de 2007 a 2010 no Estado da Bahia, afirmam que os efeitos foram positivos, sendo que investimentos de cerca de R\$ 4 bilhões representaram retorno de R\$ 7,6 bilhões em produto, 3,3 bilhões em renda e 54 mil empregos diretos e indiretos.

Em 2008 o governo do Estado lança o Acelera Bahia, que, como informa a Secretária da Fazenda do Estado da Bahia, possui cinco objetivos predominantes: propiciar o desenvolvimento do setor petroquímico, prorrogar benefícios às empresas do Pólo de Informática de Ilhéus, incentivar a produção de Biodiesel, viabilizar a implantação de infraestrutura de construção naval e, também, estimular a produção de álcool no Estado. Isso ocorrerá através da implantação ou do aperfeiçoamento de programas de incentivos fiscais.

Outro aspecto relevante a ser mencionado na primeira década do século XXI diz respeito ao incremento substancial das relações comerciais da economia baiana com o resto do mundo. Como mostra a Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Balança comercial Bahia - 2000/2012 (Valores em US\$ milhões FOB).

BAHIA				
ANOS	Exportações	Importações	Saldo	Corrente de comércio
2000	1.944	2.242	-298	4.186
2001	2.122	2.286	-164	4.408
2002	2.412	1.878	534	4.290
2003	3.261	1.945	1.316	5.206
2004	4.066	3.021	1.045	7.087
2005	5.989	3.351	2.638	9.340
2006	6.773	4.475	2.298	11.248
2007	7.409	5.430	1.979	12.839
2008	8.699	6.507	2.192	15.206
2009	7.011	4.613	2.398	11.624
2010	8.886	6.628	2.258	15.514
2011	9.077	6.527	2.550	15.604
2012	11.268	7.761	3.506	19.029

Fonte: SEI

De 2000 a 2002 a corrente de comércio se mantém estável, porém, a partir de 2003, o volume se eleva progressivamente. A exceção ocorre no ano de 2009, muito em função da crise econômica iniciada em 2008, que acarretou na redução da produção e da demanda mundial.

Estes movimentos se devem a conjuntura econômica da primeira metade da década de 2000. É um período marcado pelo “boom” na demanda mundial por commodities, principalmente através da China, e pela taxa de câmbio apreciada que barateia e aumenta a demanda de importados. Pessoti e Sampaio (2009) adicionam, nesse sentido, a maior inserção da economia brasileira no comércio internacional através da redução de alíquotas de importação e acordos firmados com integrantes do MERCOSUL, além de acordos bilaterais com a União Europeia e os EUA. Mais recentemente o impulso nas relações comerciais com o exterior também se deveu a acordos bilaterais com a China.

Em relação ao PIB, de 2002 a 2011 a economia baiana mostrou um crescimento sustentável, apenas interrompido e reduzido graças às crises externas. É o que pode ser observado no quadro 2.

Quadro 2 - Produto Interno Bruto Total e per capita - Índices e Taxas de Crescimento - Bahia: 2002 - 2011

Anos	PIB Total (valores correntes - R\$ milhão)	Índice do PIB real (2002 = 100)	Taxa de crescimento PIB (%)	População (Habitantes)	PIB <i>per capita</i> (valores correntes - R\$ 1,00)	Índice do PIB <i>per capita</i> real (2002 = 100)	Taxa do PIB <i>per capita</i> (%)
2002	60.672	100,0	...	13.409.108	4.525	100,0	0,5
2003	68.147	102,2	2,2	13.544.336	5.031	101,1	1,1
2004	79.083	112,0	9,6	13.682.074	5.780	109,9	8,6
2005	90.919	117,4	4,8	13.815.334	6.581	114,1	3,9
2006	96.521	120,5	2,7	13.950.146	6.919	116,0	1,7
2007	109.652	126,9	5,3	14.080.670	7.787	121,1	4,3
2008	121.508	133,5	5,2	14.502.575	8.378	123,7	2,2
2009	137.075	132,7	-0,6	14.637.364	9.365	121,8	-1,5
2010*	154.340	141,4	6,6	14.021.432	11.007	135,0	10,8
2011**	168.181	144,2	2,0	14.200.000	11.844	135,9	0,7

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais

(*) Dados preliminares, ajustados à contas trimestrais do Brasil.

(**) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

O ano de 2002 foi um ano eleitoral e a desconfiança por parte do mercado financeiro acerca da eleição do presidente Lula elevou os índices do Risco Brasil tornando os investimentos escassos. O novo presidente, então, se viu na necessidade de responder aos anseios dos

investidores mantendo a política econômica austera através de altas taxas de juros, controle dos gastos governamentais, redução de investimentos e metas rígidas de inflação. O resultado para as economias baiana e brasileira foi de redução na produção e o baixo crescimento econômico. No ano de 2003 o PIB baiano cresceu apenas 2,2%, mas, a partir de 2004, como foi dito anteriormente, a demanda mundial por commodities se eleva, gerando efeitos multiplicadores expressivos do comércio com o exterior, os quais corroboraram a recuperação da demanda interna, como mostra o desenvolvimento do setor automobilístico estadual com um crescimento de 9,6%. Proporcionado também por uma base de comparação baixa, como é o caso do ano de 2003. Já, de 2004 até o ano 2008, a economia baiana apresenta um crescimento econômico consolidado, com uma taxa anual média de 5,52%. A economia do Estado aproveitou do crescimento da economia nacional alicerçada nos investimentos em infra-estrutura e nos programas de promoção social e na disponibilidade de crédito. Promoveu-se assim um aumento de renda significativo e conseqüentemente elevaram-se as taxas de consumo e a produção. Porém, por outro lado, os anos de 2009, 2010 e 2011 expressaram os desdobramentos negativos da crise econômica mundial desencadeada em 2008 e mostraram forte oscilação no comportamento do PIB. Em 2009, o PIB baiano, assim como o brasileiro, apresentou retração de 0,6% e 0,3% respectivamente. Em 2010 o PIB baiano eleva-se 6,6% e o brasileiro 7,5%. Em virtude da estratégia de estímulo ao consumo e os subsídios dados às empresas, o governo conseguiu promover aumento da produção e amenizar os efeitos da crise. Já em 2011 planos econômicos ortodoxos foram adotados por diversos países como estratégia contra a crise econômica e o resultado foi retração da demanda agregada e dos investimentos externos. A economia baiana cresceu apenas 2%.

3.1. ESTRUTURA ECONÔMICA DA INDÚSTRIA BAIANA

A indústria baiana possui uma estrutura concentrada na Região Metropolitana de Salvador com uma produção predominantemente de bens intermediários, que supre uma demanda proveniente nacionalmente e do exterior. Poucas e grandes empresas são responsáveis pela maior parte da produção, em grande parte intensiva em capital, enquanto a importância das pequenas e médias empresas é diminuta na agregação de valor da economia do Estado.

Este cenário pode ser explicado pela natureza do processo de constituição da indústria na Bahia. A implantação dos principais polos industriais baianos, em particular o CIA, a COPEC e a RLAM, foi resultado do modelo de substituição das importações que visava integrar à

economia nacional as regiões mais atrasadas. Este plano consistia em proteger e fortalecer a incipiente indústria brasileira para que esta pudesse se transformar em força motriz do desenvolvimento. Para isso as importações foram inibidas e substituídas por produção nacional. A Bahia entrou neste processo como fornecedora de bens intermediários para os centros mais desenvolvidos do país, produtores de bens finais.

Em meados da década de 90 reestruturações do parque industrial baiano levaram à intensificação desse processo. Cerqueira (2007) evidencia que a reestruturação do setor petroquímico através de desestatizações, fusões e aquisições formou no país sete grandes grupos com participações com empresas e participações acionárias no setor. Segundo a autora, por visarem explorar as características e potencialidades de cada região, estes grupos intensificaram a especialização do pólo petroquímico baiano na produção na 1ª e 2ª geração de petroquímicos, enquanto atividades baseadas em tecnologia mais sofisticada foram concentradas no sul e sudeste.

Este movimento é fruto do processo de globalização financeira no qual a economia baiana esta inevitavelmente inserida. Neste, as empresas multinacionais diversificam os processos produtivos em diversas regiões com intuito de reduzir custos e adquirirem vantagens competitivas, postura que foi ainda mais incentivada pelo fim do projeto desenvolvimentista e pelo apogeu do receituário neoliberal. A estratégia teve o mérito de atrair investimentos, porém, colocou o poder decisório da política econômica nas mãos de empresas multinacionais. Como foi dito, a oligopolização da economia baiana, principalmente no setor petroquímico, estimulou a especialização em produtos intermediários, iniciada ainda com a política de substituição de importações. Dessa forma, a indústria baiana se constituiu numa estrutura complementar e hierarquizada, como observa Cerqueira (2007). É possível notar através do Quadro 3 que a indústria transformação aparece como a maior propulsora do setor secundário. Ela representou, em 2010, 53,3% de participação.

Quadro 3 - Estrutura do setor industrial - Bahia - 2010 (%)

Atividades	Indústria de transformação	Indústria da construção	Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e limpeza urbana	Indústria extrativa mineral
2010*	53,3	28,0	14,6	4,1

Fonte: SEI /IBGE

* Dados sujeitos a retificação.

Já, ao analisar a Quadro 4, que evidencia a estrutura econômica da produção industrial baiana através da composição do valor adicionado industrial (VTI), constata-se que, dentro da indústria de transformação, as atividades de maior relevância são às ligadas às commodities produtivas como o refino de petróleo. O VTI da indústria baiana advém em sua quase totalidade da indústria de transformação com 93,2% em 2010.

Quadro 4 - Estrutura da produção industrial – Bahia - Principais produtos conforme Valor da Transformação Industrial (VTI) - 2010

Seções e Atividades	2010	
	VTI (R\$)	%
Indústrias extrativas	2 383 618	6,8
Indústrias de transformação	32 418 259	93,2
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis.	8 995 746	25,8
Fabricação de produtos químicos	5 193 332	14,9
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	3 379 297	9,7
Fabricação de produtos alimentícios	2 561 952	7,4
Metalurgia	2 354 378	6,8
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	2 333 626	6,7
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	1380 207	4,0
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	1150 714	3,3
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	788 011	2,3
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos.	774 853	2,2
Fabricação de produtos diversos - outros	97580	0,3
Fabricação de bebidas	565 697	1,6
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	518 841	1,5
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equip.	480 934	1,4
Fabricação de produtos têxteis	361 330	1,0
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	243 985	0,7
Fabricação de móveis	241267	0,7
Fabricação de máquinas e equipamentos	171 142	0,5
Impressão e reprodução de gravações	94 434	0,3
Fabricação de produtos de	63 906	0,2
Fabricação de produtos do fumo	57 406	0,2
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	23 844	0,1

Fabricação de outros equip de transporte, exceto veículos	18 164	0,1
TOTAL DA INDÚSTRIA	34 801 877	100
Participação (%) na indústria nacional	4,2	

Fonte: Adaptado do BRASIL (2012).

As atividades que mais agregam valor são: a fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de bicombustíveis; fabricação de produtos químicos; fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, contabilizando em 2010, respectivamente, 25,8%, 14,9% e 9,7%. A soma das três atividades representa 50,4%, mais da metade do VTI, mais um sinal claro da concentração econômica.

A especialização da produção baiana está presente, também, nas relações comerciais internacionais do estado. É o que demonstra o Quadro 5.

Quadro 5 - Exportações baianas – Principais segmentos - 2012

Segmentos	Valores US\$ 1000 FOB	%
Petróleo e derivados	2.134.776	18,9%
Químicos e petroquímicos	1.788.467	15,9%
Papel e celulose	1.678.618	14,9%
Soja e derivados	1.429.714	12,7%
Algodão e seus subprodutos	718.045	6,4%
Metalúrgicos	609.545	5,4%
Metais preciosos	430.297	3,8%
Automotivo	426.071	3,8%
Embarcações e est. flutuantes	381.773	3,4%
Borracha e suas obras	340.949	3,0%
Cacau e derivados	242.851	2,2%
Café e especiarias	155.426	1,4%
Minerais	154.703	1,4%
Couros e peles	133.174	1,2%
Frutas e suas preparações	132.800	1,2%
Sisal e derivados	85.412	0,8%
Calçados e suas partes	82.841	0,7%
Máqs., apars. e mat. elétricos	67.657	0,6%
Milho e derivados	61.179	0,5%
Fumo e derivados	38.943	0,3%
Móveis e semelhantes	7.829	0,1%
Demais segmentos	166.700	1,5%
Total	11.267.770	100%

Fonte: Adaptado da SEI.

Os setores de petróleo e derivados com 18,9%, o de químicos e petroquímicos com 15,9%, somado ao papel e celulose com 14,9% e o soja e derivados com 12,7% representam mais da metade da soma de todos os outros setores. O setor automotivo representa uma fração aquém das expectativas, com apenas 3,8% do total

Em relação às importações, o Quadro 6 evidencia os produtos importados pela economia baiana em categorias de uso, ou seja, discrimina-se qualitativamente os produtos. Assim, destaca-se a importância dos bens intermediários, fundamentais a indústria de transformação. Neste caso, a maior parte do consumo interno de bens manufaturados é fornecida pela produção nacional.

Quadro 6 - Importações baianas por categorias de uso - 2012

Discriminação	Valores US\$ 1000 FOB	%
1. Bens intermediários	3.401.256	44%
Insumos industriais	2.721.078	35%
Alimentos e bebidas destinados a indústria	509.502	7%
Peças e acessórios de equipamentos de transporte	170.675	2%
Bens diversos	1	0%
Combustíveis e lubrificantes	1.624.430	21%
2. Bens de consumo	1.399.617	18%
Bens de consumo duráveis	1.240.488	16%
Bens de consumo não duráveis	159.129	2%
3. Bens de capital	1.336.016	17%
Bens de capital (exc.equip.de transporte uso industr.)	994.081	13%
Equipamentos de transporte de uso industrial	341.934	4%
Total	7.761.318	100%

Fonte: Adaptado da SEI.

Os bens intermediários representam quase a metade da importação total (44%), em que pese os principais produtos sejam os insumos industriais, com representatividade de 35% do total. O destaque fica para a nafta e os sulfetos de minérios, insumos necessários ao processamento petroquímico, e mesmo após a duplicação da RLAM a importação continua a crescer (CERQUEIRA, 2007 p. 926). Já os bens de consumo com 18% e de capital com 17%, respectivamente, possuem significância bem mais reduzida em relação à pauta de importação. É importante analisar que na divisão internacional do trabalho, pelo menos em relação aos importados, a Bahia se coloca mais como importadora de matérias-primas do que de manufaturados.

Em relação à concentração espacial, as empresas estão localizadas, predominantemente, na Região Metropolitana de Salvador. É o que mostra a Quadro 7.

Quadro 7 - PIB Municipal - Produto Interno Bruto a preços correntes por território de identidade - Bahia 2004 e 2009

Territórios de Identidade	2004		2009*	
	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%
ESTADO DA BAHIA	79.083	100,00	137.075	100,00
Metropolitana de Salvador	34.304	43,4	55.828	40,7
Recôncavo	6.663	8,4	14.616	10,7

Portal do Sertão	3.608	4,6	8.115	5,9
Extremo Sul	3.851	4,9	6.769	4,9
Litoral Sul	3.852	4,9	6.010	4,4
Oeste Baiano	4.022	5,1	5.841	4,3
Vitória da Conquista	2.299	2,9	4.741	3,5
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	2.935	3,7	4.480	3,3
Sertão de São Francisco	1.879	2,4	3.212	2,3
Médio Rio de Contas	1.501	1,9	2.581	1,9
Sertão Produtivo	1.306	1,7	2.320	1,7
Sisal	1.293	1,6	2.279	1,7
Baixo Sul	962	1,2	2.109	1,5
Itaparica	1.451	1,8	1.945	1,4
Chapada Diamantina	960	1,2	1.900	1,4
Irecê	998	1,3	1.643	1,2
Semi-árido Nordeste II	873	1,1	1.636	1,2
Bacia do Rio Corrente	886	1,1	1.557	1,1
Velho Chico	947	1,2	1.520	1,1
Vale do Jiquiriçá	866	1,1	1.488	1,1
Itapetinga	744	0,9	1.399	1,0
Piemonte Norte do Itapicuru	933	1,2	1.366	1,0
Piemonte do Paraguaçu	679	0,9	1.300	0,9
Piemonte da Diamantina	521	0,7	1.007	0,7
Bacia do Jacuípe	446	0,6	877	0,6
Bacia do Paramirim	303	0,4	536	0,4

Fonte: SEI/IBGE

(*) Dados sujeitos a retificação

Os principais pólos industriais da economia baiana o COPEC, a RLAM e o CIA, todos localizados na região metropolitana, no qual o PIB Municipal por territórios de identidade, relativo à RMS, representou em 2004, 43,3% da produção total e, em 2009, 40,7%. Como consequência desta concentração se tem o “boom” do setor imobiliário, principalmente na cidade do Salvador.

Apesar da tentativa de diversos governos de reverter este cenário de concentração através de programas que visavam diversificar e interiorizar a produção, a estrutura não se alterou de maneira relevante. Pode-se observar que, entre 2004 e 2009 houve uma redução de 2,6 pontos percentuais, uma média de 0,52 pontos percentuais a menos de participação da Região Metropolitana no PIB estadual por ano. Conclui-se que, por mais que seja lento, está havendo um processo de diversificação locacional, porém este processo esbarra em um dos principais entraves da economia baiana, a deficiente infraestrutura, que dificulta uma interligação mais eficiente entre os pólos industriais.

A adoção dessa estratégia proporcionou certo dinamismo, todavia, realizado de maneira difusa dentro de um contexto regional de infra-estrutura deficiente, impediu maior integração territorial e os ganhos de escala advindos dessa sistêmica. (PESSOTI; PESSOTI, 2009, p.61).

Sampaio (apud Pessoti e Pessoti, 2010) explicita que a integração regional não foi possível graças a não produção de ganhos de escala, e dá não geração de externalidades, consequentes de recursos públicos e mercado interno limitados e da infraestrutura precária.

Guerra e Teixeira (2000) ao analisar o processo de industrialização da economia baiana a caracterizaram de exógena e espasmódica. Afirmam que:

Os limitados efeitos de encadeamento dos grandes ciclos de investimentos na indústria baiana resultaram em uma curva de crescimento marcada por vales e picos refletindo uma permanente dependência de intervenções exógenas. (GUERRA; TEIXEIRA, 2000, p. 236)

Portanto, apesar da tentativa de diversificar e desconcentrar a produção da economia baiana o resultado que se vê é tímido. A indústria ainda continua alicerçada na produção de bens intermediários e predominantemente localizada na RMS. A deficiente infraestrutura impede a interligação entre os polos industriais e a consequente degeneração de elos da cadeia produtiva; sendo assim, há um limite para uma mudança estrutural em rumo à produção de bens finais com alto valor adicionado.

O atual governo, tanto nacional como estadual, entendem ser a infraestrutura o principal impedimento para que esta transformação ocorra. Neste sentido, o plano de aceleração do crescimento tem em vista corrigir esta deficiência e proporcionar maior capacidade competitiva a economia do estado da Bahia. Até aqui os resultados tem sido diminutos, poucas obras foram concluídas e os seus efeitos ainda não foram percebidos.

3.1.1. Conteúdo tecnológico da Indústria

Quadro 8 - Classificação das atividades por intensidade tecnológica – Bahia (2010) %

Seções e Atividades	VTI (%)
Indústrias extrativas	6,8
Indústrias de transformação	93,2
• Alta Tecnologia	2,3
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos.	2,2
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,1
• Media alta tecnologia	25,9
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias.	9,7
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos.	0,7

Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos.	0,1
Fabricação de máquinas e equipamentos	0,5
Fabricação de produtos químicos	14,9
• Média baixa tecnologia	40,3
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de bicomcombustíveis.	25,8
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos.	1,4
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	4,0
Metalurgia	6,8
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	2,3
• Baixa tecnologia	22,6
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1,5
Fabricação de bebidas	1,6
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel.	6,7
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados.	3,3
Fabricação de móveis	0,7
Fabricação de produtos alimentícios	7,4
Fabricação de produtos de madeira	0,2
Fabricação de produtos têxteis	1,0
Fabricação de produtos do fumo	0,2
Fabricação de produtos diversos - outros	0,6
TOTAL DA INDÚSTRIA	100

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do BRASIL(2010). Classificação extraída de: Classificação extraída de: OECD Statistics Newsletter. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A intensidade tecnológica da indústria baiana é predominante de média baixa tecnologia com a representatividade de 40,3%. Os produtos que se destacam neste agrupamento são: a Fabricação de produtos de borracha e de material plástico (4,0%), Metalurgia (6,8%) e a Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de bicomcombustíveis, setor que mais adiciona valor agregado à indústria, contabilizando 25,8% do total. O agrupamento de média alta tecnologia é o de segunda maior representatividade com 25,9%, o destaque fica por conta do setor de Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (9,7%) que teve grande impulso na última década com a instalação da Ford. Porém, a Fabricação de produtos

químicos com 14,9% possui ainda maior participação. O agrupamento de baixa tecnologia tem sua representatividade dispersa principalmente no setor de Fabricação de celulose, papel e produtos de papel (6,7%), atividade econômica que encontrou na Bahia condições propícias para se desenvolver e o setor de fabricação de produtos alimentícios (7,4%). O agrupamento de alta tecnologia é o de menor participação na composição do valor adicionado industrial com irrisório 2,3%, sendo que parcela predominante advém de um único setor, o de fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos.

Conclui-se, portanto, que a economia baiana se encontra concentrada nos setores de média tecnologia com 66,2% do total. O setor de maior destaque individual é o de fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de bicomcombustíveis que conta com 25,8% do total, magnitude próxima ao agrupamento de atividades de média alta tecnologia que contabiliza 25,9%. A participação da produção de bens finais e de bens de capital é diminuta, evidenciando assim, que a economia baiana é especializada na produção de bens intermediários.

4. ANÁLISE DAS VARIÁVEIS QUE EVIDENCIAM A DESINDUSTRIALIZAÇÃO

4.1. DESALINHAMENTO E SOBREPREENCIAÇÃO CAMBIAL

A redução da proporção do emprego industrial no emprego total e a redução do valor adicionado da indústria na composição do valor agregado, ou seja, fatores que expressam o processo de desindustrialização, podem ser desencadeadas por causas distintas e levar a um mesmo fim. Porém, no caso brasileiro, independente do meio, uma variável deve ser considerada potencialmente e essencialmente para desencadear o processo, qual seja, o câmbio. Um dos autores que destacam a importância desse fator, Palma (2005), argumenta que alguns países iniciaram o processo de desindustrialização quando adotaram planos econômicos ortodoxos, mudando de uma economia que visa se desenvolver através do crescimento industrial para uma economia que visa crescer auferindo ganhos através de “rendas ricardianas”. Outro autor com destaque no debate acerca dessa questão, Bresser-pereira (2007), afirma que a desindustrialização no Brasil se inicia quando não se impede a tendência estrutural de apreciação do câmbio, que é decorrente da tentativa de crescimento alicerçada em poupança externa e a existência de recursos naturais e mão-de-obra abundantes. A resultante desses dois movimentos é a apreciação do câmbio, que provoca perda de competitividade de manufaturados nacionais em moeda estrangeira e ganho em competitividade em moeda local de manufaturados estrangeiros. Esta apreciação do câmbio não se refere simplesmente a uma queda do câmbio nominal, mas sim, a movimentos do câmbio real.

Baumann, Canuto e Gonçalves (2004) mostram que “a taxa de câmbio real expressa, em moeda local, o preço de produtos e ativos estrangeiros em termos relativos ao preço local”:

$$e_r = (e \cdot P^*) / P \quad (1)$$

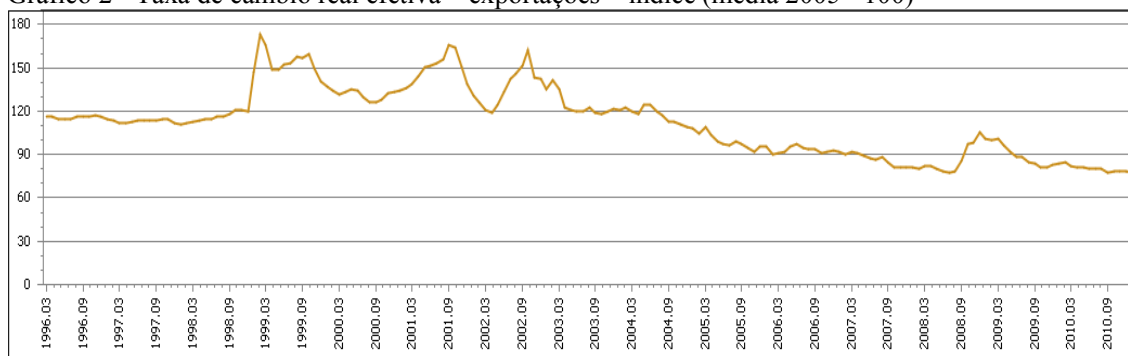
Em que e_r representa o câmbio real, e representa o câmbio nominal, P^* o preço em moeda estrangeira e P o preço em moeda local.

Um ponto a destacar é que tanto P^* , quanto P representam índices de preços, ou seja, a inflação referente ao país local e estrangeiro. Isto ocorre pela inviabilidade de se calcular uma taxa de câmbio real para cada produto.

Por existirem diversos parceiros comerciais, existem diversas taxas de câmbio real e para que se possam englobar todas essas relações utiliza-se a taxa de câmbio real efetiva. Ela representa o somatório das taxas bilaterais de câmbio, em moeda local, corrigidas pela relevância que cada economia tem na pauta comercial da economia local.

A taxa de câmbio real efetiva brasileira calculada pelo IPEA utiliza o índice de preços ao consumidor (IPC) para estimar a inflação local e índice de preços por atacado (IPA) para estimar a inflação estrangeira. O gráfico 2 mostra os movimentos do câmbio no período de 1996 à 2010.

Gráfico 2 - Taxa de câmbio real efetiva – exportações – índice (média 2005= 100)



Fonte: IPEADATA

A taxa de câmbio real efetiva do Brasil mostrou intensa variação nas últimas duas décadas, alternando períodos de apreciação e depreciação. A partir de 1994 o câmbio inicia o movimento de apreciação e permanece, praticamente, constante até meados de 1999. Este período é caracterizado pela primeira fase do Real, em que o objetivo principal é o combate à inflação. A política cambial era baseada em câmbio fixo, com ancoragem junto ao dólar, para o qual o BACEN utilizava as reservas internacionais para manter a paridade.

A partir de 1999 o regime cambial é alterado em virtude do ataque especulativo que sofreu a economia brasileira e da consequente fuga de capitais que tornou insustentável o regime anterior. O câmbio passou, então, a ser flutuante sendo determinado pelas leis de mercado e não mais arbitrado pelo governo brasileiro. A fuga de capitais provocou uma maxidesvalorização do real, o que pode ser interpretado como uma excessiva depreciação do câmbio em um curto espaço de tempo.

Com a mudança do regime cambial a política econômica brasileira passou a ser apoiada no tripé macroeconômico, a saber, metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante. Esta mudança surtiu efeito e o movimento cambial estabilizou-se. Todavia o ano de 2002, ano eleitoral, traz uma inflexão na estabilidade da taxa de câmbio, já que a iminência de vitória do até então candidato Luiz Inácio Lula da Silva e a possibilidade de adoção de um programa de governo de ruptura com a política econômica pró-capital e anti-neoliberal, levou o establishment político-econômico a gerar um intensa desvalorização da moeda brasileira. A desconfiança elevou o Risco Brasil e reduziu os investimentos, principalmente, de curto prazo. Lula, porém, tratou ainda em campanha eleitoral, de tranquilizar os investidores com a Carta ao Povo Brasileiro, em que praticamente se compromete a manter a política econômica de estabilidade, com metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário. A partir do ano de 2003 a economia brasileira começa a se beneficiar do crescimento da economia mundial, além de contar com o recuo do Risco Brasil. Com a produção mundial crescendo, eleva-se a demanda de matérias primas, e são as commodities, bens em abundância no Brasil, o produto de maior demanda por parte do resto do mundo. Esta nova conjuntura econômica possibilita a expansão das exportações brasileiras, revertendo anos de déficit na conta corrente. Este cenário, aliado à volta de confiança dos investidores, eleva a entrada de divisas e pressiona o câmbio à apreciação.

Até 2008 o cenário pouco se alterou sendo somente revertido com a chegada dos efeitos da crise mundial em terras brasileiras. O resultado é a redução da demanda por commodities e dos investimentos; consequentemente, reduz-se o fluxo líquido de capitais e o câmbio se deprecia. Já em 2010 a economia mundial mostra breve recuperação e o câmbio volta a se apreciar.

Portanto, é possível dizer que a taxa de câmbio real efetiva esteve, na primeira década do século XXI, predominantemente apreciada, com alguns espasmos de depreciação, decorrentes da vulnerabilidade externa da economia brasileira, a qual é dependente de investimentos estrangeiros de curto prazo. Muitos autores argumentam que, mais do que apreciado, o Real está sobreapreciado. Isto significa dizer que o câmbio real efetivo está abaixo da taxa de câmbio real de equilíbrio¹, ou seja, está ocorrendo um desalinhamento cambial negativo.

¹ Araújo e Leite (2009) enfatizam as três formas mais utilizadas para estimar a taxa de câmbio real de equilíbrio são: a) a abordagem da PPC, b) a abordagem do equilíbrio corrente e c) a abordagem com base nos fundamentos.

Araújo e Leite (2009)² enfatizam quatro movimentos entre a taxa de câmbio real efetiva e a taxa de câmbio real esperada ou de equilíbrio durante o período de 1994 a 2007. O primeiro movimento ocorre de 1994 a 1999, onde a taxa esteve predominantemente sobreapreciada; de 1999 a 2003 alternam-se momentos de sobreapreciação e subapreciação; entre 2003 e 2004 as taxas coincidem e a partir de 2005 há prevalência de sobreapreciação cambial (ARAÚJO; LEITE, 2009). Marçal³ (2009) corrobora com Araújo e Leite ao afirmar que, a partir de 2005, o câmbio real esteve abaixo do câmbio de equilíbrio. Araújo, Oreiro, Punzo e Squeff (2011)⁴ verificam que no período de 1994 à 2007 houve dois períodos de sobreapreciação. Um entre o último trimestre de 1994 e 1998 e outro relacionado ao primeiro trimestre de 2005 e o último trimestre de 2007, com um desalinhamento estimado em 18% no quarto trimestre de 2007.

Já Bresser argumenta que um país que sofre de doença holandesa possui duas taxas de equilíbrio. A de equilíbrio corrente, a qual mantém a estabilidade nas contas correntes e no endividamento externo, e a de equilíbrio industrial, a que possibilita a competitividade externa de manufaturas com maior valor agregado. Para Bresser a tendência de sobreapreciação cambial se divide em duas partes, de tal forma que o mecanismo se dá da seguinte forma: inicialmente, a existência de doença holandesa pressiona a taxa de câmbio até que esta atinja o equilíbrio corrente; neste nível a economia funcionará com as contas externas equilibradas, porém, prejudicando a competitividade das manufaturas. Seguidamente, Bresser aponta que a política ortodoxa de crescimento alicerçada à atração de poupança externa, da qual decorrem elevadas taxas de juros, pressiona o câmbio para baixo do equilíbrio corrente. No entender de Bresser-Pereira o problema do nível cambial é ainda maior, pois uma taxa de câmbio subapreciada, ou seja, que esteja acima da taxa considerada de equilíbrio pode não ser suficiente para estimular a indústria. No entanto, não basta estar subapreciada; ela deve atingir o nível da taxa de equilíbrio industrial.

Portanto, constata-se que a taxa de câmbio encontra-se sobreapreciada desde 2005 prejudicando a economia brasileira ao pressionar as contas externas e reduzir a

² Araújo e Leite (2009) estimam a taxa de câmbio real esperada com base no ano 2000 e utilizam a abordagem dos fundamentos econômicos, os quais são: termos de troca, balança comercial, grau de abertura econômica, preço externo em moeda nacional, gastos governamentais, diferencial entre juros internos e externos.

³ Marçal (2009) estima a taxa de câmbio de equilíbrio com base no ano 2007 e utiliza os fundamentos termos de troca, passivo externo líquido, diferencial produtividade entre bens transacionáveis e não transacionáveis e paridade descoberta das taxas de juros.

⁴ Araújo, Oreiro, Punzo e Squeff (2011) estimam com base no ano de 2000 e utilizam as variáveis taxa de câmbio real efetiva, grau de abertura, preço externo em moeda nacional, relação saldo da balança comercial / PIB, consumo do governo/PIB, termos de troca e diferencial entre juros interno e externo.

competitividade dos produtos nacionais. Esta situação se observa tanto no mercado de bens manufaturados quanto no mercado de bens intermediários. Uma apreciação cambial barateia o bem estrangeiro estimulando o seu consumo, a concorrência se acirra, pressionando, por fim, o poder de mercado das mercadorias nacionais. Já em relação aos insumos intermediários, o aumento das importações ocorre, em grande parte, pela redução da capacidade de concorrência dos exportadores nacionais. Isso acontece porque a apreciação do câmbio reduz a demanda por bens nacionais ao elevar seu preço relativo. Dessa forma, uma alternativa encontrada pelos exportadores é substituir a demanda de insumos intermediários nacionais por insumos importados, mais baratos por causa da apreciação. Marconi e Barbi (2010) chamam este movimento de hedge produtivo:

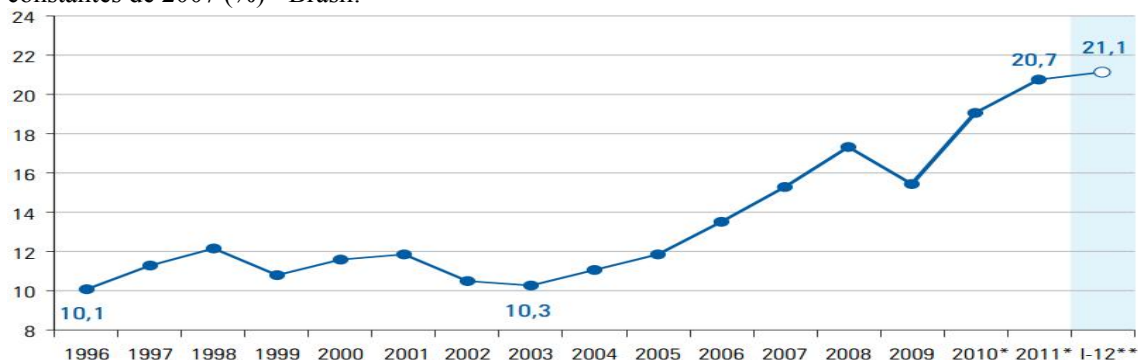
Nesta estratégia, os setores que mais sofrem o impacto da valorização do câmbio, em função de não possuírem as mesmas vantagens comparativas daqueles que produzem commodities primárias (ou que apresentaram menor evolução em seus preços de exportação), tendem a reduzir seus custos através da importação de insumos intermediários que possibilitam amenizar a compressão das margens de lucro do exportador, resultante de tal valorização, principalmente se o preço de tais insumos for vantajoso para o produtor nacional. (MARCONE; BARBI, 2010, p. 18.)

Da mesma maneira ao que ocorre com os bens de consumo, ocorre com os insumos intermediários, isto é, reduz-se a demanda e o poder de mercado, o que leva a um processo de desmantelamento das cadeias produtivas nacionais, às quais a economia baiana está inserida por ser fornecedora de bens intermediários para o centro-sul do país. O resultado deste movimento é evidenciado pela redução da contribuição do setor industrial na composição do valor agregado da economia.

Com o intuito de ilustrar o movimento da taxa de câmbio acima descrito, apresentamos abaixo alguns dados da economia brasileira no período. Os gráficos a seguir demonstram a crescente penetração dos produtos importados na economia brasileira nos últimos anos.

O primeiro mostra a trajetória da taxa de penetração das importações, que representa, em termos relativos, a quantidade de produtos importados na composição do consumo doméstico.

Gráfico 3 - Coeficiente de penetração de importações – Indústria de transformação – preços constantes de 2007 (%) - Brasil.



Fonte: CNI, 2012

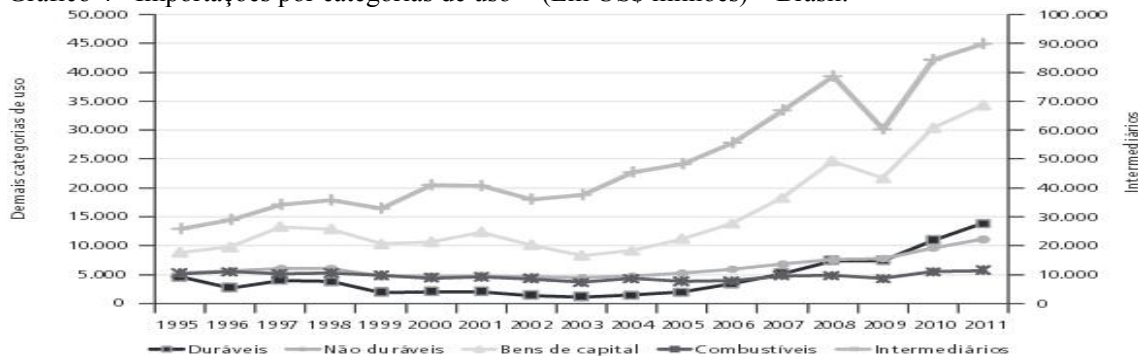
*: Estimativa

** : Acumulado em quatro trimestres até o primeiro trimestre de 2012

Observa-se através do Gráfico 3 que a taxa cresce de forma constante, desviando da rota apenas em 2009, ano posterior ao início da crise mundial e de forte desvalorização cambial. A penetração das importações alcança em 2012 uma participação relativa de 21,1%, cerca de 10 p.p. superior ao ano de 2003.

Já o Gráfico 4, referente às importações por categoria de uso, demonstra que a evolução da importação de insumos intermediários foi a mais expressiva dentre as demais categorias de uso. Constatam Marconi e Rocha (2012) que os dados evidenciam participação dos insumos intermediários de 52,4% na variação total das importações entre os anos de 2004 e 2011, enquanto 26,1% se referem aos bens de capital, 12,8% aos bens de consumo duráveis e 8,7% aos bens não-duráveis e combustíveis.

Gráfico 4 - Importações por categorias de uso - (Em US\$ milhões) – Brasil.



Fonte: Marconi e Rocha (2012)

Para Oreiro, Punzo, Araújo e Squeff (2011) um desalinhamento cambial negativo reduz a possibilidade de crescimento de longo prazo, pois;

A teoria econômica e a experiência internacional mostram que um desalinhamento cambial negativo, ou seja, uma situação na qual a taxa real de câmbio está abaixo de seu valor de equilíbrio, afeta negativamente o crescimento econômico no longo prazo. Isso porque a sobreapreciação cambial pode induzir um aumento do grau de concentração da estrutura produtiva em setores com baixo valor agregado e/ou baixo nível de conteúdo tecnológico. Se isso ocorrer, haverá uma redução da elasticidade-renda das exportações, o que levará a uma redução na taxa de crescimento de longo prazo da economia. (ARAUJO; OREIRO; PUNZO; SQUEFF, 2011 p.552)

Os efeitos da sobreapreciação do câmbio sobre a economia brasileira são notórios. Agora é preciso compreender como esta conjuntura afeta a economia baiana, uma economia que não tem a possibilidade de manipular as variáveis macroeconômicas, e que por isso possui menos mecanismos para atingir seus interesses.

Estendendo esta análise para a economia baiana, no que tange à sua pauta de importações, pode-se afirmar que valor importado, como ocorreu na economia brasileira, cresceu de forma substancial.

Quadro 9 - Valores das importações de produtos por Grau de Elaboração, Bahia (2002 a 2008)

Ano	Grau de Elaboração	Valor (US\$ 1000 Fob)
2002	Manufaturados	1451983
	Produtos Basicos	388069
	Semimanufaturados	37576
2003	Manufaturados	1406858
	Produtos Basicos	477168
	Semimanufaturados	61196
2004	Manufaturados	1972507
	Produtos Basicos	980394
	Semimanufaturados	67819
2005	Manufaturados	2490013
	Produtos Basicos	801878
	Semimanufaturados	59206
2006	Manufaturados	3064748
	Produtos Basicos	1351206
	Semimanufaturados	59085
2007	Manufaturados	3781651
	Produtos Basicos	1507712
	Semimanufaturados	125235
2008	Manufaturados	4403063
	Produtos Basicos	1674431
	Semimanufaturados	232225

Fonte: SEI.

O Quadro 9 qualifica as importações em manufaturados, semimanufaturados e produtos básicos e evidencia que os setores cresceram indiscriminadamente. A importação total se elevou aproximadamente 236% de 2002 a 2008. Em relação ao mesmo período, a importação de manufaturados cresceu cerca de 200% e a de produtos básicos cerca 331%. Já o

crescimento das importações de semimanufaturados foi o de maior proporção, atingindo quase 518% e corroborando com o que ocorre na economia brasileira. Enfim, observa-se que, crescimento econômico sustentável dos últimos anos e a taxa de câmbio sobreapreciada foram fatores fundamentais para a economia baiana elevar sua demanda por produtos importados, indiscriminadamente. O crescimento da economia elevou a produção e conseqüentemente a demanda por insumos, que com o câmbio valorizado pode ser adquirido mais barato do que o produzindo internamente. Ou seja, a indústria baiana se utiliza da estratégia de hedge produtivo para reduzir custos e se desenvolver. Neste caso, a indústria baiana está se beneficiando do câmbio apreciado e pode estar ajudando, ao importar insumos, no processo de desmantelamento da cadeia produtiva nacional.

4.2. REVERSÃO DA PAUTA DE EXPORTAÇÃO

O comércio exterior tem bastante relevância para a indústria baiana. Como visto na seção anterior, este processo se iniciou com as crises da década de 80 e 90 na economia brasileira, o que levou a indústria baiana a intensificar essa relação. Este fato foi de fundamental importância, pois serviu como válvula de escape para a indústria manter sua produção, mesmo com a redução da demanda de empresas localizadas no centro-sul do país. Neste caso, a análise sobre a composição da pauta de exportação se torna de maior relevância, pois representa uma fatia fundamental da produção baiana.

Sobre o movimento das exportações dois fatos são fundamentais. A sobreapreciação cambial e o boom mundial na demanda por produtos ligados às commodities. Se por um lado o câmbio apreciado reduz a concorrência dos produtos baianos, principalmente, dos manufaturados, por outro, a elevação da demanda por commodities e derivados impulsiona os semimanufaturados e os produtos básicos.

Quadro 10 - Quantidade e valores das exportações por Grau de Elaboração, Bahia 2002-2011.

Ano	Grau de Elaboração	Quantidade (t)	%	Valor (US\$ 1000 Fob)	%
2002	Manufaturados	3911496	61%	1436706,00	60%
	Operações Especiais	261874	04%	41924,00	02%
	Produtos Básicos	1503218	24%	373598,00	15%
	Semimanufaturados	717779	11%	560050,00	23%
	TOTAL	6394367	100%	2412278,00	100%
2003	Manufaturados	4070448	57%	1990669,00	61%
	Operações Especiais	227891	3%	43868,00	01%
	Produtos Básicos	2084116	29%	568804,00	17%

	Semimanufaturados	811665	11%	657541,00	20%
	TOTAL	7194120	100%	3260882,00	100%
2004	Manufaturados	4681472	61%	2636947,00	65%
	Operações Especiais	183230	02%	40406,00	01%
	Produtos Básicos	1976468	26%	661684,00	16%
	Semimanufaturados	830896	11%	727339,00	18%
	TOTAL	7672066	100%	4066376,00	100%
2005	Manufaturados	5323253	51%	3729306,00	62%
	Operações Especiais	225725	02%	64099,00	01%
	Produtos Básicos	3589774	34%	1192717,00	20%
	Semimanufaturados	1369521	13%	1003138,00	17%
	TOTAL	10508273	100%	5989260,00	100%
2006	Manufaturados	5270448	57%	4264912,00	63%
	Operações Especiais	173246	02%	66044,00	01%
	Produtos Básicos	1939795	21%	844816,00	12%
	Semimanufaturados	1943783	21%	1597527,00	24%
	TOTAL	9327272	100%	6773299,00	100%
2007	Manufaturados	4519748	49%	4237931,00	57%
	Operações Especiais	180640	02%	80791,00	1%
	Produtos Básicos	2423686	27%	1090499,00	15%
	Semimanufaturados	2017286	22%	1999508,00	27%
	TOTAL	9141360	100%	7408729,00	100%
2008	Manufaturados	3254079	44%	4243451,00	49%
	Operações Especiais	137048	02%	116813,00	01%
	Produtos Básicos	1939810	26%	1483814,00	17%
	Semimanufaturados	2076500	28%	2854586,00	33%
	TOTAL	7407437	100%	8698664,00	100%
2009	Manufaturados	...		3094381,00	44%
	Operações Especiais	...		86161,00	01%
	Produtos Básicos	...		1632551,00	23%
	Semimanufaturados	...		2197707,00	31%
	TOTAL			7010800,00	100%
2010	Manufaturados	...		4419441,00	50%
	Operações Especiais	...		112425,00	01%
	Produtos Básicos	...		1749273,00	20%
	Semimanufaturados	...		2604878,00	29%
	TOTAL			8886017,00	100%
2011	Manufaturados	...		5209472,00	47%
	Operações Especiais	...		126042,00	01%
	Produtos Básicos	...		2668719,00	24%
	Semimanufaturados	...		3012066,00	27%
	TOTAL			11016299,00	100%

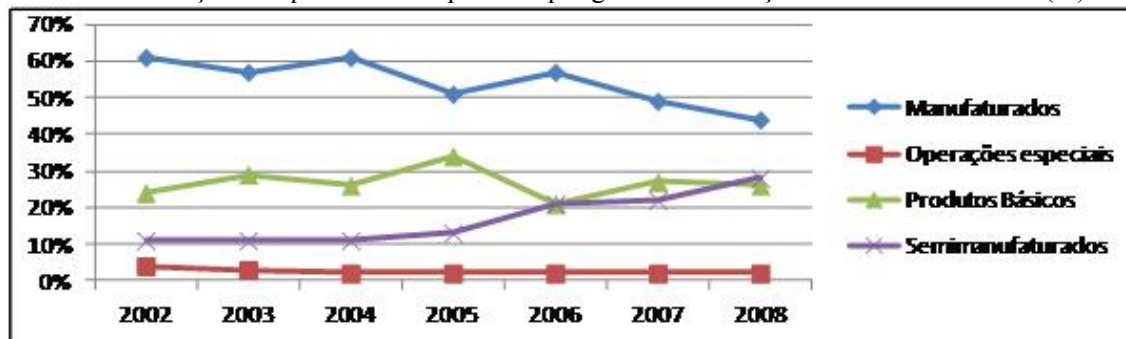
Fonte: Adaptado do SEI.

O Quadro 10 informa a quantidade e os valores das exportações classificados por grau de elaboração. No caso das quantidades, são demonstrados os anos de 2002 a 2008. Já em relação aos valores, o quadro expõe os anos de 2002 a 2011. Analisando as quantidades, percebe-se redução de 17 p.p. na participação dos manufaturados até o ano de 2008. Em contrapartida, no mesmo período, a participação relativa dos produtos básicos e semimanufaturados cresceram, respectivamente, 2 p.p. e 17 p.p. Analisando em termos de valor, a participação relativa dos manufaturados na pauta de exportação cai 13 p.p. e a

elevação dos produtos básicos e semimanufaturados são de 9 p.p e 4 p.p., respectivamente. Apesar de a análise mostrar, tanto em termos valor quanto em termos de quantidade, redução da participação relativa dos manufaturados na pauta de exportação, é preciso salientar que não houve uma redução regular entre os anos, mas sim um período de alta e de queda no nível de participação de cada segmento. Evidentemente, se tratando da economia baiana, uma economia subnacional e de extrema dependência de fatores exógenos, o movimento da participação relativa dos produtos na pauta de exportação sofre grandes influências de efeitos sazonais e da conjuntura econômica global. Dessa maneira, fica evidente que não existe uma tendência linear, nem de queda, nem de alta, em relação a algum dos três níveis de produtos. O que há são oscilações no nível da participação dos setores, com aumentos e redução desta participação. Porém, pode ser evidenciado que a proporção nos períodos em que a participação relativa dos manufaturados reduz-se é superior aos períodos em que ela aumenta. A mesma tendência pode ser colocada em relação aos setores de produtos básicos e semimanufaturados, porém de forma inversa. A proporção nos períodos de alta na participação relativa são superiores aos de queda.

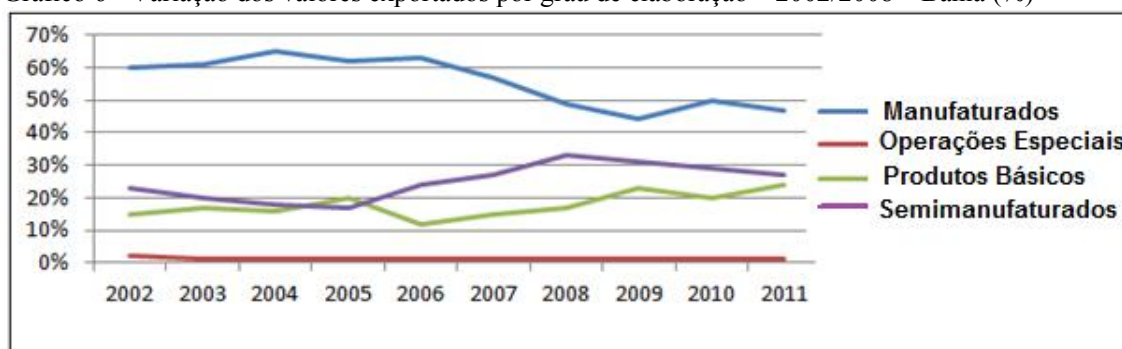
Fica evidenciado, portanto, que há duas tendências na pauta de exportação. Uma de queda nos setores com maior valor adicionado e intensidade tecnológica, no caso os manufaturados e outra de alta nos setores possuem uma contribuição menor na agregação de valor da economia, no caso, produtos básicos e semimanufaturados. Porém, a pauta de exportação não se reverteu, pois o setor de manufaturados continua com maior participação. Esta tendência é constatada nos gráficos a seguir:

Gráfico 5 - Variação das quantidades exportadas por grau de elaboração – 2002/2008 – Bahia (%)



Fonte: Elaboração Própria, 2013. Dados auferidos na SEI.

Gráfico 6 - Variação dos valores exportados por grau de elaboração – 2002/2008 – Bahia (%)



Fonte: Elaboração Própria, 2013. Dados auferidos na SEI.

O movimento da participação relativa dos seguimentos na pauta de exportação parece indicar um processo de reversão desta. Porém, o crescimento absoluto dos manufaturados indica que não. Apesar de alguns momentos de redução do valor e da quantidade exportada, a exportação de manufaturados cresce 262,6% em termos de valor, média aproximada de 23% ao ano. Isto demonstra que o crescimento da economia mundial e da demanda por commodities impulsionou mais os setores de semimanufaturados e produtos básicos, mas não impediu, também, o crescimento do setor de manufaturados, e nem a taxa de câmbio sobrevalorizada foi um empecilho. Portanto, fica constatado que o ganho de espaço dos produtos básicos e semimanufaturados não se deveu a um decréscimo ou um crescimento ínfimo do segmento de manufaturados, mas sim porque o crescimento dos dois segmentos foi superior ao já extraordinário crescimento dos manufaturados.

O Quadro 11 expõe a participação por quantidade e valores dos principais segmentos na pauta de exportação, estão dispostos em três períodos, os anos de 2002, 2005 e 2010.

Quadro 11 – Quantidade e valores das exportações nos principais segmentos, Bahia 2002/2005/2011.

Segmentos	Ano					
	2002		2005		2011	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000 Fob)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000 Fob)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000 Fob)
Algodão e seus subprodutos	85261	96112	316291	669968
Automotivo	16480	115608	127126	872186	51203	481805
Borrachas e suas obras	16699	46797	67625	318097
Cacau e Derivados	57523	134504	86802	224401	59798	284571

Café e especiarias	46259	89054	39718	187264
Calçados e suas partes	3444	56032	3529	80961
Couros e peles	13521	48292	21971	71597	22941	129336
Demais segmentos	666518	208677	309670	147962	205556	205261
Frutas e suas preparações	76725	52685	105272	103581	113887	140391
Fumo e derivados	2853	14616	3449	18613	2365	31554
Grãos, óleos e ceras vegetais.	644668	143882	-	-
Metalúrgicos	308274	246173	556311	578294	165808	891007
Minerais	181419	102562	355363	154801	196152	166965
Máquinas aparelhos e materiais elétricos	8760	38826	5879	81183
Móveis e semelhantes	10067	68236	1110	15132
Papel e celulose	523591	229078	978886	434363	2945372	1802770
Pesca e Aquicultura	4085	18118	-	-
Petróleo e derivados	2717754	421911	4686639	1375657	3066665	1958677
Químicos e petroquímicos	1090391	657518	1347817	1152388	1093839	1792015
Sisal e derivados	92551	34531	91986	63552	77188	85470
Soja e derivados	1661605	377174	2786044	1281473

Fonte: Adaptado do SEI.

Segundo demonstra o quadro, de 2002 a 2005, período em que a taxa de câmbio brasileira esteve desvalorizada e que o projeto Amazon deu início na Bahia, o segmento automotivo obteve o maior destaque, com crescimento de 671,40% na quantidade exportada e 654,53% no valor. Em verdade, este foi um período em que os principais segmentos da pauta apresentaram expansão, porém, nada comparado ao do setor automotivo. O aumento substancial das exportações pode ser explicado pela desvalorização cambial que incentiva as exportações ao baratear os produtos nacionais e pelo aumento da demanda mundial por commodities.

Entretanto, de 2005 a 2011 o quadro muda um pouco. Como já observado, a partir de 2005 a taxa de câmbio esteve essencialmente sobreapreciada, apesar de alguns movimentos de

desvalorização como, por exemplo, no ano de 2009. Isto influenciou negativamente alguns segmentos que dependem mais da taxa de câmbio para competir, como no caso do setor automobilístico. Mas, por outro lado, pouco alterou a capacidade de exportação de segmentos baseados na exploração de recursos naturais.

Os segmentos que obtiveram maior destaque foram o de Algodão, de Borracha, Papel e celulose e Automotivo, este por motivo inverso aos outros três. O segmento automotivo teve redução tanto na quantidade, quanto no valor exportado, respectivamente, 59,72% e 44,76%. Em compensação a exportação dos três outros cresceu cerca de três vezes em quantidade e seis vezes em valor para Algodão e Borracha, além de 200,89% em quantidade e 315,04% em valor para Papel e Celulose.

Em relação aos outros segmentos, um aspecto relevante pode ser destacado: o de que obtiveram baixo crescimento ou até declínio em relação à quantidade e obtiveram aumento do valor exportado, excetuando-se o segmento de Móveis e utensílios que teve redução elevada nos dois termos. Como exemplo se tem a exportação de Petróleo e derivados, Químicos e petroquímicos e Metalúrgicos, ao qual a quantidade foi reduzida em 34,57%, 18,84% e 70,20%, respectivamente, e o valor variou positivamente 42,38%, 55,50% e 54,08%, respectivamente. Outro setor que apresentou este movimento foi o de Minerais, que de 2005 a 2011 apresentou um declínio de aproximadamente 81%, porém cresceu em valor. O interessante a observar é que em um período de aumento da demanda por commodities e sobreapreciação cambial, setores ligados a commodities tiveram em grande parte redução da quantidade exportada e elevação do valor. Isto demonstra que a demanda por commodities impulsionou principalmente os preços dos produtos.

Portanto, como já foi colocado anteriormente, a redução relativa dos manufaturados na pauta de exportação se deve não por um decréscimo na sua agregação de valor ao todo, mas por um crescimento inferior aos setores de produtos básicos e semimanufaturados, excetuando o setor Automobilístico, que de 2005 a 2011 reduziu bastante, tanto em quantidade, quanto em valor. O que ocorreu no período de 2002 a 2011 em relação à pauta de exportação é uma adaptação dos segmentos a um ao novo cenário econômico, a uma nova conjuntura, ao qual está inserida a economia baiana, e não uma processo permanente de reversão da pauta de exportação, no qual se consubstancia em desindustrialização negativa, haja vista que a estrutura econômica se

mantém inalterada. É o que pode ser analisado no Quadro 12. Este quadro demonstra a participação relativa das exportações por setores das contas nacionais.

Quadro 12 - Participação Relativa das Exportações por setores das Contas Nacionais, Bahia, 2001 e 2010.

Ano	Bens de capital	Bens Intermediários	Bens de consumo	Combustíveis e lubrificantes
2001	1,05	66,27	5,73	24,39
2010	0,71	73,74	9,19	15,10

Fonte: Figuerôa, Filgueiras, Junior (2012).

Observa-se que a estrutura pouco se altera em 10 anos. É possível notar que ao mesmo tempo em que os bens de consumo, setor em que se supõe ser o principal prejudicado com a apreciação cambial, cresce 3,46 p.p. em participação, o setor de bens intermediários cresce 7,47 p.p.. Ou seja, fica comprovado que apesar da sobreapreciação cambial, os bens de consumo não foram demasiadamente afetados e tiveram um crescimento relevante na participação da pauta de exportação. Portanto, constata-se, que a conjuntura econômica, de sobreapreciação cambial e boom na demanda por commodities estimularam, principalmente, o setor de bens intermediários, porém, sem prejudicar a o setor de bens de consumo.

4.3. PROPORÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL NO EMPREGO TOTAL

A participação do emprego industrial na composição do emprego total é uma das variáveis de análise do processo de desindustrialização. Uma queda absoluta ou relativa desta variável, de maneira persistente, representa um sinal relevante do processo de desindustrialização. O Quadro 13 apresenta o estoque de empregos formais na Bahia.

Quadro 13 - Evolução do estoque de empregos em 31/12 Bahia – 2006-2011

Ano	Evolução do estoque de empregos
2006	1.681.473
2007	1.784.626
2008	1.861.452
2009	1.999.632
2010	2.139.232
2011	2.265.618

Fonte: MTE/ RAIS, 2006 -2011. Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2012

É notável que o emprego formal cresce de forma progressiva. De 2006 a 2011 com crescimento 34,74%, aumento médio de 6,948% e 116.829 empregos criados por ano.

Quadro 14 - Participação relativa do estoque de empregos em 31/12, por setor de atividade - Bahia – 2006-2011

Setores	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Extrativa Mineral	0,8	0,8	0,9	0,8	0,6	0,6
Indústria de Transformação	10,0	10,4	10,3	10,3	10,5	10,3
Serviços Industriais de Utilidade Pública	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Construção Civil	4,6	4,9	5,1	6,2	7,2	6,9
Comércio	17,3	17,3	17,9	17,9	18,1	18,7
Serviços	30,2	29,5	29,7	29,6	30,1	30,9
Administração Pública	31,4	31,8	30,9	30,3	28,6	27,7
Agropecuária, caça, pesca...	4,8	4,4	4,4	4,1	4,0	4,1

Fonte: MTE/RAIS, 2010/2011

Observa-se pelo Quadro 14 que a participação relativa dos setores, quanto ao estoque de empregos, pouco se altera entre os anos de 2006 e 2011. A variação da indústria de transformação, principal segmento da análise, é 0,3 p.p. para mais, sendo que o setor que mais variou positivamente foi o da construção civil com 2,3 p.p. e o que mais variou negativamente foi o a administração pública com 3,7 p.p.

Pode-se explicar a pouca alteração da estrutura do emprego industrial decorrente do fato de que a participação agregada da indústria baiana, ao longo dos anos, mostrou certa estabilidade como proporção do PIB. Por fim, esta variável não pode ser utilizada como prova da existência de um processo de desindustrialização.

4.4. PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO INDUSTRIAL NA COMPOSIÇÃO DO PIB.

Para finalizar e constatar se houve alguma mudança na composição da estrutura econômica do Estado da Bahia, analisa-se a participação do valor adicionado industrial na economia baiana.

O Quadro 15 mostra a composição setorial da economia baiana. Ao analisar isoladamente os anos de 2002 e 2012, se nota certa estabilidade na participação do setor secundário na composição do PIB baiano, com uma variação de apenas 1,9 pontos percentuais. Porém, é possível observar que participação relativa da indústria baiana, a partir de 2002 cresce de 28,8% até 32,8 % em 2005, crescimento de quatro pontos percentuais. Já de 2005 a 2009 houve uma queda de proporções semelhantes ao período anterior. Coincidentemente, o desenvolvimento da indústria baiana tem seu ponto de inflexão em 2005, ano a partir do qual a taxa de câmbio se torna sobreapreciada.

Quadro 15 – Estrutura por grandes setores- Bahia 2002/ 2012 (%)

ANO	SETOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO	SETOR TERCIÁRIO	TOTAL
2002	10,5	28,8	60,7	100,0
2003	10,6	28,8	60,6	100,0
2004	10,8	30,7	58,5	100,0
2005	8,6	32,2	59,2	100,0
2006	7,9	30,6	61,5	100,0
2007	8,6	28,2	63,2	100,0
2008	8,5	28,0	63,4	100,0
2009	7,7	28,7	63,6	100,0
2010	7,2	30,3	62,5	100,0
2011	8,8	28,2	63,0	100,0
2012	7,3	30,7	62,1	100,0

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais

Durante o período de ascensão do setor secundário na participação relativa no PIB baiano a economia brasileira viveu, predominantemente, sobre câmbio desvalorizado, o que favorece a competitividade interna e externa das manufaturas. Já a partir de 2005 a economia brasileira entra em um processo de contínua valorização cambial, e há um movimento descendente da participação relativa da indústria no PIB baiano. Um câmbio valorizado reduz a capacidade de concorrência das exportações de manufaturas e estimula as importações, que se tornam mais baratas. Esta queda do peso relativo do setor secundário no PIB baiano, diante de um momento de apreciação cambial poderia ser uma evidência de que a taxa de câmbio sobreapreciada estaria influenciando negativamente sobre a indústria do Estado da Bahia. Porém, essa variação é muito pequena para indicar que há uma tendência de queda da participação do setor secundário na economia baiana, e, como já visto, a taxa de câmbio sobreapreciada não foi fator decisivo para redução da participação dos manufaturados na pauta de exportação. Esta redução é explicada pela falta de grandes investimentos. Segundo Figuerôa, Filgueiras, Junior (2012), “a não existência de novos grandes projetos industriais fizeram com que a indústria crescesse de forma vegetativa, e de acordo com a demanda agregada”.

Ao direcionar a análise para dentro da indústria, se observa, através do Quadro 16, que a participação relativa da indústria de transformação reduziu 1,7 p.p. na composição da indústria total no período de 2002 a 2010. Porém, nota-se que de 2002 a 2008 a participação da indústria de transformação no setor industrial mostra redução constante e alcança o patamar 8,3 pontos percentuais de queda, enquanto isso, outros setores cresceram. Isso pode

ser explicado pela “boom” mundial na demanda de commodities que fez a indústria extrativa ganhar em participação, em compensação reduziu a participação da indústria de transformação. Já em 2009 foi um ano atípico para a economia baiana. Neste ano, a tendência de redução da participação da indústria de transformação se reverteu com um aumento 9,7 pontos percentuais. O ano de 2009 foi atípico também para os outros setores industriais. A indústria extrativa que de 2002 a 2008 tinha aumentado sua participação em 3,6 pontos percentuais, reduziu, apenas no ano de 2009, 4,4 pontos. Já em 2010 a tendência parece ter retornado e a indústria de transformação fecha o ano 3,1 pontos percentuais a menos que o ano anterior e a indústria extrativa com 0,4 pontos a mais. A explicação para o ano de 2009 está na crise econômica mundial que reduziu o crescimento econômico baiano. A recessão mundial afetou mais a demanda por matérias primas do que a demanda por insumos intermediários e bens manufaturados.

Quadro 16 - Estrutura do setor industrial baiano – 2002/2010 (%)

Atividades	Indústria de transformação	Indústria da construção	Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e limpeza urbana	Indústrias extrativa mineral
2002	55,0	25,1	15,4	4,5
2003	55,0	22,2	18,0	4,8
2004	53,7	22,7	18,1	5,6
2005	52,4	25,4	16,9	5,3
2006	51,4	24,3	17,5	6,8
2007	49,6	24,9	19,0	6,5
2008	46,7	25,8	19,4	8,1
2009	56,4	26,2	13,7	3,7
2010*	53,3	28,0	14,6	4,1

Fonte: SEI/ IBGE

*Dados sujeitos a retificação

O Quadro 17 mostra de forma mais clara a tendência de queda dos setores indústrias que possuem maior valor agregado, apesar de representar um período inserido no contexto da crise econômica mundial. Ele demonstra a estrutura econômica da produção industrial baiana através da composição do valor adicionado industrial (VTI), no período de 2007 a 2010.

Quadro 17 - Estrutura da produção industrial - Principais produtos conforme Valor da Transformação Industrial (VTI) Bahia 2007-2010.

Seções e Atividades	2007	2008	2009	2010
	VTI Part.(%)	VTI Part.(%)	VTI Part.(%)	VTI Part.(%)

Indústrias extrativas	1 462 003	4,9	2 125 966	5,8	1 874 473	6,6	2 383 618	6,8
Indústrias de transformação	28 089 499	95,1	34 278 622	94,2	26 529 703	93,4	32 418 259	93,2
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis.	10 740 466	36,3	12 235 177	33,6	7 226 730	25,4	8 995 746	25,8
Fabricação de produtos químicos	5 616 706	19,0	6 311 766	17,3	4 309 600	15,2	5 193 332	14,9
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	1 888 525	6,4	3 375 542	9,3	2 929 761	10,3	3 379 297	9,7
Fabricação de produtos alimentícios	1 441 650	4,9	2 225 175	6,1	1 875 178	6,6	2 561 952	7,4
Metalurgia	1 121 162	3,8	1 772 634	4,9	1 653 397	5,8	2 354 378	6,8
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1 658 124	5,6	2 005 180	5,5	1 890 450	6,7	2 333 626	6,7
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	956 957	3,2	1 065 163	2,9	1 280 013	4,5	1 380 207	4,0
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	818 705	2,8	973 536	2,7	857 665	3,0	1 150 714	3,3
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	314 722	1,1	419 873	1,2	507 027	1,8	788 011	2,3
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos.	883 926	3,0	802 518	2,2	916 767	3,2	774 853	2,2
Fabricação de produtos diversos - outros	107 620	0,4	161 320	0,4	124 833	0,4	97 580	0,3
Fabricação de bebidas	626 099	2,1	585 333	1,6	597 673	2,1	565 697	1,6
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	231 408	0,8	291 421	0,8	409 534	1,4	518 841	1,5
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equip.	401 966	1,4	531 982	1,5	316 266	1,1	480 934	1,4
Fabricação de produtos têxteis	229 841	0,8	285 946	0,8	287 188	1,0	361 330	1,0
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	181 285	0,6	228 518	0,6	204 878	0,7	243 985	0,7
Fabricação de móveis	131 514	0,4	151 428	0,4	218 037	0,8	241 267	0,7
Fabricação de máquinas e equipamentos	75 953	0,3	156 514	0,4	127 468	0,4	171 142	0,5
Impressão e reprodução de gravações	50 807	0,2	53 571	0,1	81 709	0,3	94 434	0,3
Fabricação de produtos de madeira	47 766	0,2	66 179	0,2	79 914	0,3	63 906	0,2
Fabricação de produtos do fumo	50 677	0,2	97 506	0,3	61 885	0,2	57 406	0,2

Fabricação de produtos farmacêuticos e farmoquímicos	16 581	0,1	20 094	0,1	20 336	0,1	23 844	0,1
Fabricação de outros equip de transporte, exceto veículos	98 355	0,3	4 118	0,0	2 461	0,0	18 164	0,1
TOTAL DA INDÚSTRIA	29 551 502	100,0	36 404 588	100,0	28 404 176	100,0	34 801 877	100,0
Participação (%) na indústria nacional	5,0		5,1		4,3		4,2	

Fonte: BRASIL, 2011.

Se constata que nestes 4 anos a composição estrutural pouco se altera. O VTI da indústria baiana advém em sua quase totalidade da indústria de transformação, com 95,1% em 2007 e 93,2% em 2010. As atividades que mais agregam valor são: a Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis; Fabricação de produtos químicos; Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, contabilizando em 2010, respectivamente, 25,8%, 14,9% e 9,7%. A soma das três atividades representa mais da metade do VTI com 50,4%, sendo um sinal claro da concentração econômica. Apesar de ser o setor que possui maior participação, a Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis perdeu espaço nestes quatro anos. Em 2007 adicionava de valor agregado à indústria 36,3%, uma queda de 10,5 pontos percentuais. Outro setor que também apresentou queda ao longo destes quatro anos foi o de Fabricação de produtos químicos, com uma redução de 4,1 pontos percentuais. Em compensação os setores de Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias; Fabricação de produtos alimentícios; Metalurgia; cresceram neste período, respectivamente, 3,3; 2,5; 3,0 pontos percentuais.

O Quadro 18 demonstra o movimento da participação dos setores por intensidade tecnológica no valor adicionado industrial. E fica evidente que os setores mais afetados no período entre os anos de 2007 e 2010 foram os que possuem maior capacidade de agregar valor, ou seja, os de alta tecnologia, média alta tecnologia e média baixa tecnologia.

Quadro 18 – Participação relativa do valor adicionado industrial por intensidade tecnológica. Bahia - 2007/2010 (%).

SETORES POR ATIVIDADE	2007	2010
Indústrias extrativas	4,9	6,8
Indústrias de transformação	95,1	93,2
Alta Tecnologia	3,1	2,3
Media alta tecnologia	28,7	25,9
Média baixa tecnologia	46,9	40,3

Baixa tecnologia	18,1	22,6
Fabricação de produtos diversos - outros	0,6	0,6
TOTAL DA INDÚSTRIA	100	100

Fonte: Elaboração Própria. 2013. Dados do utilizados: VTI BAHIA - BRASIL (2010).
Classificação extraída de: OECD Statistics Newsletter. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Por outro lado, os setores com menor conteúdo tecnológico viram sua participação crescer na agregação de valor da indústria. O setor de baixa tecnologia passou de 18,1% para 22,6%, já a indústria extrativa avançou de 4,9% para 6,8%. Se somados os dois agrupamentos de mais baixa intensidade tecnológica tem-se um avanço de 6,4 pontos percentuais no período. O resultado pode parecer contraditório, pois setores que poderiam se beneficiar do aumento de demanda por commodities e se expandirem, mostraram recuo na participação. Com base na hipótese apresentada, o que poderia estar ocorrendo é que as empresas localizadas no centro-sul demandantes dos insumos baianos e também empresas baianas que se localizam na pirâmide da cadeia produtiva estão, por via da sobreapreciação cambial, substituindo os insumos, outrora advindo da produção baiana, por insumos importados, reduzindo os custos e mantendo-se competitivas. Porém, grande parcela desta redução advém do principal setor da economia baiana, o de derivados de petróleo. Mas esta redução se deveu a uma especificidade, qual seja, a política de reajustes dos preços dos derivados do petróleo por causa do combate à inflação, já que parte do petróleo importado tem seu preço aumentado devido à desvalorização do real (aumento de custos) e os preços de vendas se mantêm inalterados, com isso reduzindo o valor agregado.

Conclui-se, portanto, que as alterações na composição do valor agregado da economia do Estado da Bahia são sutis para evidenciar um processo de desindustrialização. O que ocorre é que setores de menor valor agregado cresceram de forma volumosa superando o relevante crescimento de setores com maior valor agregado. Isto é possível constatar observando que a indústria de transformação cresce aproximadamente 5% por ano entre 2007 e 2010 e ainda assim tem reduzido em 2 p.p. sua participação na indústria total. Já em relação à estrutura econômica do Estado, o setor secundário mostra no período entre 2002 e 2012 crescimento de 1,9 p.p. mantendo a estrutura quase que inalterada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia brasileira vem sofrendo um processo de desindustrialização iniciado com o fim dos planos de promoção da industrialização, que se baseavam essencialmente no programa de substituição de exportações. Com as crises econômicas da década de 80 e 90 a economia brasileira tomou um rumo diferente pautando-se em planos ortodoxos que visavam principalmente à estabilização econômica e não a promoção do desenvolvimento. A política neoliberal no Brasil tinha como principais diretrizes o câmbio valorizado, objetivando a estabilização do Real, abertura econômica irrestrita, que provocou desmantelando partes significativas da cadeia produtiva brasileira que ainda não estava preparada para este processo, redução dos gastos governamentais e privatizações, o que retirou do Estado o papel de provedor do crescimento econômico. A dependência da economia brasileira a poupança externa é o principal resultado desta política. E para auferi-la necessário era uma taxa de juros convidativa. Taxa de juros elevadas e abundância de recursos naturais se torna, então, os principais responsáveis por entrada de divisas na economia brasileira, contribuindo para a sobreapreciação do câmbio nacional.

Para a economia baiana ficou evidenciado, que um câmbio sobreapreciado não é fator decisivo para desencadear um processo de desindustrialização, pois é uma economia baseada, essencialmente, na produção de bens intermediários, que é beneficiado pelo crescimento da economia mundial e o aumento da demanda por commodities. Logicamente, alguns setores bens de consumo final enfrentaram dificuldades com a sobreapreciação do câmbio, o caso mais evidente é o do setor automobilístico. As exportações deste setor, no período da análise, reduziram-se quase que pela metade, tanto em valor como em quantidade, porém o seu VTI, de 2005 a 2010, cresceu quase 80% e sua participação no VTI total se elevou 3,3 p.p.. Neste caso, entende-se que as vendas internas foram suficientes para promover o crescimento do setor. Como pode ser visto, apesar de o câmbio sobrevalorizado prejudicar setores pontuais da economia baiana, no todo, o câmbio foi favorável a ela. Ou seja, o câmbio valorizado contribuiu para que a economia baiana importasse insumos baratos e reduzissem seus custos de produção. O resultado deste movimento, em matéria de promoção do crescimento econômico foi benéfico à economia baiana, porém, ajudou a perpetuar uma estrutura econômica pautada em bens intermediários de media baixa intensidade tecnológica. Com a vinda da Ford para a Bahia esperava-se que a estrutura econômica do estado fosse transformada. Mas, com uma política econômica nacional calcada em diretrizes neoliberais

que pressiona o câmbio à sobreapreciação, a capacidade de planos governamentais de atrair empresas com maior valor agregado e conteúdo tecnológico ficou reduzida. Isso se deveu pelo fato de a valorização cambial reduzir o poder de competitividade destes bens produzidos nacionalmente. Este fator leva os empresários a investirem em setores em que a concorrência se dá principalmente por vantagens comparativas, sendo o câmbio uma variável irrelevante. O resultado é de que a expectativa criada com a vinda da Ford não se consubstanciou. Além disso, o aumento das importações de insumos pela economia baiana pode estar ajudando a potencializar a desindustrialização brasileira ao aumentar a competição nestes setores e levar a um processo de desmantelamento de algumas cadeias produtivas nacionais. Enfim, pode-se afirmar que a economia baiana não sente os sintomas da desindustrialização, apesar de se verificar uma redução relativa do VTI da indústria de transformação no VTI da indústria total e pela perda de participação dos manufaturados na pauta de exportação. Entretanto, como já visto, a redução da participação relativa da indústria de transformação é ínfima, além do que, o crescimento absoluto é bastante volumoso. Em relação à pauta de exportação, foi visto que a redução da participação relativa das manufaturas, mesmo crescendo de forma substancial em termos absolutos, decorreu de um crescimento superior dos segmentos de produtos básico e semimanufaturados. Pode-se afirmar, portanto, que a economia baiana não sofre de desindustrialização, pois é uma economia caracterizada pela produção de bens intermediários de média baixa intensidade tecnológica, em que o câmbio não possui influência relevante na competitividade destes bens. A estrutura econômica, apesar de pequenas variações ao longo dos anos, permaneceu quase inalterada.

Para que o Brasil reverter seu processo de desindustrialização e com isso a Bahia caminhar em direção a uma economia com maior complexidade e maior geradora de valor agregado, é necessário tratar a taxa de câmbio como variável essencial para o desenvolvimento econômico. Uma taxa de câmbio competitiva deve ser o objetivo principal de qualquer plano desenvolvimentista e não apenas uma variável de controle para a inflação. Um câmbio competitivo significa uma taxa capaz de equilibrar as contas externas e promover maior competitividade a produtos com maior conteúdo tecnológico e valor agregado. O Brasil tem com o pré-sal uma possibilidade enorme de manter um desenvolvimento sustentável, porém deve ficar atento para que este recurso natural não reforce a tendência de sobreapreciação cambial e desindustrialização. No caso da economia baiana, por ser subnacional, cabe intensificar os investimentos em infraestrutura para que se possibilite maior integração regional e ganhos de escal

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Eliane Cristina de; LEITE, Marcos Vinícius Chiliatto. Sobreapreciação cambial no Brasil: Estimativa, causas e conseqüências (1994-2008). **IPEA-Texto para Discussão**, Brasília, n.1404, p.7-30, abril. 2009.

ARAÚJO, Eliane; OREIRO, José Luís; PUNZO, Lionello; SQUEFF, Gabriel. Taxa real de câmbio, desalinhamento cambial e crescimento econômico no Brasil (1994-2007). **Revista Economia Política**, São Paulo, v. 31, n.4, p. 551-562, out/dez. 2011.

BALANCO, Paulo Antônio de Freitas; NASCIMENTO, Marcelo Xavier do. Uma análise exploratória da desconcentração e da reestruturação da indústria baiana no período 1990-2000. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 1, Salvador. 2005, p.1-26.

BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, Reinaldo. Balanço de Pagamentos e o mercado cambial. In _____. **Economia Internacional: teoria e experiência brasileira**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, cap. 13, p. 257-277.

BRASIL. **Balanço 4 anos 2007-2010. Bahia. Programa de Aceleração do Crescimento**, 2010. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/estaduais/bahia-1/bahia-balanco-de-4-anos>. Acesso em: 15 fev. 2013.

BRASIL, Banco Central do Brasil. **Boletim Regional do Banco Central do Brasil**, Brasília, p.83-90, junho, 2011. Disponível em: www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2012/07/br201207P.pdf. Acesso em: 12 dez. 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Doença Holandesa e sua neutralização: Uma abordagem ricardiana**. 2007. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.26.doen%C3%A7aholandesa.15dezembro.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson. Existe doença holandesa no Brasil? In: FÓRUM DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 4, 2008.

CERQUEIRA, Daniela Franco. Produção petroquímica baiana e a divisão inter-regional do trabalho no Brasil. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v.17, n.2, p.919-930, jul/set. 2007.

CHESNAIS, François. Introdução Geral. In CHESNAIS, François (Org.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998, cap.1, p.11-35.

Confederação Nacional das Indústrias – CNI. **Coefficientes de abertura comercial**, ano 2, n.1, p.4, jan/mar 2012. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/>. Acesso em: 02 de outubro de 2013.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 22. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 192.

FEIJÓ, Carmen A; OREIRO, José Luís. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr/jun 2010.

FIGUERÔA, Edmundo Sá Barreto; FILGUEIRAS, Luís Antônio Mattos; JUNIOR, Cesar Vaz de Carvalho. O processo de desindustrialização na economia brasileira e o seu impacto e significado no Estado da Bahia. In: PESSOTI, Gustavo Casseb; WANDERLEY, Lívio Andrade (Org). **Reflexões de Economistas Baianos 2012**. Salvador: Corecon-BA, 2012, p.303-333.

GUERRA, Oswaldo; GONZALEZ, Paulo. Novas mudanças Estruturais na economia baiana: Mito ou Realidade? **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.32, n.3, p.308-321, jul/set. 2001.

GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v.10, n.1, p.87-98, julho. 2000.

GUTTMANN, Robert. As mutações do capital financeiro. In: CHESNAIS, François (Org.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998, cap. 3, p.61-97.

IEDI. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?** 2005. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20051129_desindustrializacao.pdf>. Acesso em: 05 out. 2012.

JUNIOR, C. V. de C.; PESSOTI, G. C.; SILVA, D. V. da. Análise da evolução da economia na Bahia entre 1975 e 2010 sob novo enfoque de contas regionais. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v.21, n.2, p.215-234, abr/jun. 2011.

LACERDA, Antônio Correa de; NOGUEIRA, Rodrigo Hisgail de Almeida. Novas evidências sobre os impactos da valorização cambial na estrutura produtiva brasileira. In: **SEMINÁRIO PUC/SP**, 2008. Disponível em: <http://www.pucsp.br/eitt/downloads/vi_ciclo_lacerda_novas_evidencias.pdf>. Acesso em: 10 out 2011.

MARCONI, Nelson; BARBI, Fernando. Taxa de câmbio e composição setorial da produção: Sintomas de desindustrialização da economia brasileira. In: **Textos para Discussão**, v. 255, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2010, pp. 1-28. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7677/TD%20255%20-%20Nelson%20Marconi%3B%20Fernando%20Barbi.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22 mai 2011.

MARCONI, Nelson; ROCHA, Marcos. Insumos importados e evolução do setor manufatureiro no Brasil. **IPEA: Texto para Discussão**, Brasília, n.1780, p.7-58, out. 2012.

MARCONI, Nelson; ROCHA, Marcos. Desvalorização Precoce e Sobrevalorização da taxa de câmbio. **IPEA: Texto para Discussão**, Rio de Janeiro, n.1681, p.7-64, dez. 2011.

MARÇAL Emerson. Estimando a taxa real de equilíbrio para a economia brasileira. In: JUNIOR, Geraldo Biasoto; NOVAIS, Luís Fernando; FREITAS, Maria Cristina Penido de. (Org.). **Panorama das Economias Internacional e Brasileira: dinâmica e impactos da crise global**. São Paulo: Fundap, 2009, cap. 18, p.289-301.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Revista Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 72-96, jan/mar 2008.

PALMA, Gabriel. Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “Doença holandesa”. In: CONFERÊNCIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 2005. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/fiepr/conselhos/design/uploadAddress/5%20-%20QUATRO%20FONTES%20_2_.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2011.

PESSOTI, Gustavo Casseb; SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. Transformações na dinâmica da economia baiana: políticas de industrialização e expansão das relações comerciais internacionais. **Revista Conjuntura e Planejamento**, Salvador, n.162, p.36-49, jan/mar. 2009.

PESSOTI, Gustavo Casseb; SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. Século XXI e a atração de investimentos industriais na Bahia: Uma tentativa de interiorização e diversificação industrial. **Revista Desenbahia**, Salvador, n.10, p. 55-71, mar. 2009.

PESSOTI, Bruno; PESSOTI, Gustavo Casseb. A economia baiana e o desenvolvimento industrial: uma análise do período 1978-2010. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, v.13, n.22, p. 28-45, dez. 2010.

PLIHON, Dominique. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais. Um ponto de vista keynesiano. In: CHESNAIS, François (Org.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998, cap. 4, p. 97-141.

RIBEIRO, Luiz Carlos de Santana; LEITE, Anderson Pereira Viana. Análise estrutural dos investimentos do PAC em infraestrutura logística no estado da Bahia. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 8, Salvador. 2012, p. 1-24.

SALAMA, Pierre. A financeirização excludente: as lições das economias latino-americanas. In: CHESNAIS, François (Org.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998, cap. 7, p. 211-249.

UDERMAN, Simone. A indústria de transformação na Bahia: características gerais e mudanças estruturais recentes. **Revista Desenbahia**, Salvador, n.3, p. 07-34, set. 2005.